

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS SERTÃO
UNIDADE EDUCACIONAL SANTANA DO IPANEMA
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

GUSTAVO VINÍCIUS FERREIRA SILVA

**MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NO SERTÃO DE ALAGOAS: UMA
ANÁLISE DESCRITIVA DO ANO DE 2015**

SANTANA DO IPANEMA

2018

GUSTAVO VINÍCIUS FERREIRA SILVA

**MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NO SERTÃO DE ALAGOAS: UMA
ANÁLISE DESCRITIVA DO ANO DE 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito parcial para
obtenção do grau de Economista

Orientador: Prof. M.e Anderson David
Gomes dos Santos

SANTANA DO IPANEMA

2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo – CRB4 2058

S586m Silva, Gustavo Vinícius Ferreira.
Microempreendedor individual no sertão de Alagoas: uma análise descritiva do ano de 2015. / Gustavo Vinícius Ferreira Silva.
f. 81.
Orientador: Anderson David Gomes dos Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2018.
Bibliografia: f. 78 – 81.
1. Microempreendedor Individual – MEI. 2. Empreendedorismo.
3. Desenvolvimento econômico. 4. Sertão - Alagoas. . I. Título.

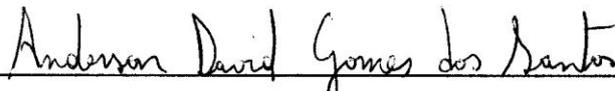
CDU: 338.1

GUSTAVO VINÍCIUS FERREIRA SILVA

**MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NO SERTÃO DE ALAGOAS: UMA
ANÁLISE DESCRITIVA NO PERÍODO DE 2010 A 2015**

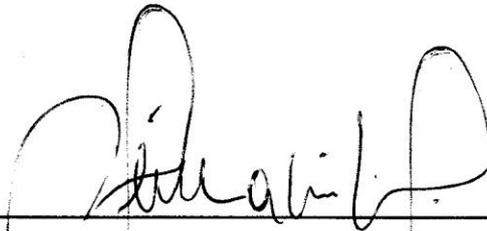
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito parcial para
obtenção do grau de Economista.

Aprovado em 14 de setembro de 2018.

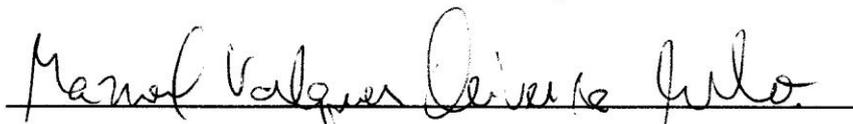


Prof. M.e Anderson David Gomes dos Santos
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Banca Examinadora:



Prof. M.e Hermani Magalhães Olivense do Carmo
Universidade Federal de Alagoas - UFAL



Prof. M.e Manoel Valquer Oliveira Melo
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, grande mestre, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

À esta universidade direção e administração que oportunizaram a oportunidade que hoje vislumbro um horizonte superior. Agradeço, também, a todos os professores, em especial ao professor Luciano Celso Brandão, Alcides Omena, Hermani Olivense do Carmo, o qual este considero como um segundo pai, por terem me proporcionado o conhecimento e por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender a ser, acima de tudo, um cidadão melhor. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais terão os meus eternos agradecimentos.

Ao meu orientador Anderson David Gomes dos Santos, pelo suporte excelente suporte dado na construção dessa pesquisa, pelas suas correções, incentivos e paciência.

A minha mãe Rivalda Ferreira e ao meu pai José Leide pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

À Elizete (Zeti) e Claudio pelas brincadeiras que me ajudaram a distrair em momentos difíceis no ambiente da universidade.

A todos os meus amigos que fiz nesses anos de universitário, em especial a Rodolpho Carvalho. Isolda Mirely, Hudys Ferreira e Silvanney Stonny, pelo companheirismo e ajuda nos momentos de dificuldades.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

A pesquisa empreendida consiste em analisar e descrever o Microempreendedor Individual (MEI) no Sertão de Alagoas, considerando o de 2015. Essa é uma temática de vital importância nos dias atuais vide a crescente discussão acerca do empreendedorismo no mundo como alternativa para a geração de emprego e renda, que poderia auxiliar na geração de desenvolvimento econômico. Nessa pesquisa, busca-se discutir os principais conceitos do empreendedorismo, descrever a legislação que regulamenta essa modalidade de empresa como também entidades que apoiam esse público. Por fim, dados estatísticos secundários são levantados a partir do Portal do Empreendedor, tabulados e analisados com a finalidade de descrever as principais características dessa população daquela região. A partir desses dados, foram analisados 26 municípios que formam a mesorregião alagoana pesquisada confirmando a hipótese, de forma parcial, que o setor de serviços é o mais abrangente, com o segmento varejista de mercadinhos e lojas de vestuários e acessórios como modelo de negócio mais predominante entre os MEIs e o gênero masculino com maior abrangência, porém com pouquíssima diferença para o feminino.

Palavras-chave: MEI; Empreendedorismo; Sertão mesorregião; Alagoas.

ABSTRACT

The research aims to analyze and describe the Individual Micro Entrepreneur (MEI) in the outback of Alagoas, considering the year of 2015. This is a topic of vital importance nowadays due to the growing discussion about entrepreneurship in the world as an alternative to generation of employment and income, which could aid in the generation of economic development. In this research, we seek to discuss the main concepts of entrepreneurship, describe the legislation that regulates this type of company as well as entities that support this public. Finally, secondary statistical data are collected from the Entrepreneur Portal, tabulated and analyzed with the purpose of describing the main characteristics of this population of that region. Based on these data, we analyzed 26 municipalities that make the surveyed mesoregion of Alagoas, confirming the hypothesis, in a partial way, that the services sector is the most comprehensive, with the retail segment of merchants and clothing and accessories stores as a business model predominant among the MEIs and the male gender with greater comprehensiveness, but with very little difference for the female.

Keywords: MEI; Entrepreneurship; Northeastern Backwoods; Alagoas.

LISTA DE SIGLAS

ABDE	Associação dos Bancos de Desenvolvimento
APL	Arranjo Produtivo Local
ASSIMPEC	Associação Nacional dos Sindicatos de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Comércio
ASSIMPI	Associação Nacional dos Sindicatos da Micro e Pequena Indústria
BA	Bahia
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBRAE	Centro de Apoio as Pequenas e Médias Empresas
CNAE	Cadastro Nacional de Atividade Econômica
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAAI	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
DAS	Documento de Arrecadação Simplificado
DASN-SIMEI	Declaração Anual do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual
EI	Empresário Individual
EPP	Empresa de Pequeno Porte
ES	Espírito Santo
FGV	Fundação Getulio Vargas
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
Fipeme	Financiamento da Pequena e Média Empresa
Fundec	Financiadora de Pesquisa em Desenvolvimento Técnico-Científico
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBQP	Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISS	Imposto sobre Serviços
LC	Lei Complementar
MEI	Microempreendedor Individual
MG	Minas Gerais
MGE	Médias e Grandes Empresas
NAI	Núcleo de Assistência Industrial
OTN	Obrigações do Tesouro Nacional
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
REDESIM	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte

SC	Santa Catarina
SEBRAE	Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SIMPEC	Sindicato das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Comércio do Estado de São Paulo
SIMPI	Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo
SMPE	Secretaria da Micro e Pequena Empresa
SOFTEX	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileira
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TEA	Taxa de Empreendedorismo Inicial
TEE	Taxa de Empreendedorismo Estabelecido
TTE	Taxa Total de Empreendedorismo

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE EMPREENDEDORISMO ... 19

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - SETE PERSPECTIVAS NA NATUREZA DO EMPREENDEDOR	22
QUADRO 2 - LINHA DO TEMPO DO SURGIMENTO DO SEBRAE	28
QUADRO 3 - LINHA DO TEMPO DO SURGIMENTO DA SOFTEX	30
QUADRO 4 - LEIS FEDERAIS SOBRE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	31
QUADRO 5 - BENEFÍCIOS COM SUAS RESPECTIVAS CARÊNCIAS PARA OS EMPREENDEDORES FORMALIZADOS COMO MEIS	40
QUADRO 6 - IMPOSTOS A SEREM PAGOS PELO MEI DE ACORDO COM O SEU SETOR DE ATUAÇÃO	41

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - TAXAS DE EMPREENDEDORISMO SEGUNDO ESTÁGIO DO EMPREENDIMENTO.....	36
GRÁFICO 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB E TAXAS DE EMPREENDEDORISMO TOTAL.....	37
GRÁFICO 3 - TAXA DE EMPREENDEDORISMO POR OPORTUNIDADE E POR NECESSIDADE COMO PROPORÇÃO DA TAXA DE EMPREENDEDORISMO INICIAL 2002-2015.....	38
GRÁFICO 4 - TOTAL DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS ACUMULADOS - DEZEMBRO DE 2010 A DEZEMBRO DE 2015.....	42
GRÁFICO 5 - SALDO ANUAL DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.....	43
GRÁFICO 6 - NÚMERO DE MEIS POR UNIDADE FEDERATIVA ATÉ 2015	44
GRÁFICO 7 - CRESCIMENTO DE MEI POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO ENTRE 2013 E 2015.....	45
GRÁFICO 8 - SALDO DE MEIS NO SERTÃO DE ALAGOAS DE 2010 A 2015.....	54
GRÁFICO 9 - CRESCIMENTO ACUMULADO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS ENTRE DEZEMBRO DE 2010 A DEZEMBRO DE 2015.....	55
GRÁFICO 10 - VARIAÇÃO DO SALDO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS ENTRE DEZEMBRO DE 2010 E DEZEMBRO DE 2015	57
GRÁFICO 11 - VARIAÇÃO DO SALDO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS ENTRE DEZEMBRO DE 2010 E DEZEMBRO DE 2015	58
GRÁFICO 12 - MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DIVIDIDOS POR GRANDES SETORES EM 2015.....	63
GRÁFICO 13 - DISTRIBUIÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL POR GÊNERO (2015).....	67
GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS POR GÊNERO DENTRO DOS SETORES EM 2015.....	68
GRÁFICO 15 - FAIXA ETÁRIA DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS EM 2015	73
GRÁFICO 16 - FAIXA ETÁRIA DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS POR MUNICÍPIO EM 2015	74
GRÁFICO 17 - FAIXA ETÁRIA DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS POR MUNICÍPIO EM 2015	74

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - RANKING DOS 20 MUNICÍPIOS COM MAIOR QUANTIDADE DE MEIS EM 2015.....	46
TABELA 2 - POPULAÇÃO E PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SERTÃO DE ALAGOAS	52
TABELA 3 - PORCENTAGEM DE MEIS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.....	56
TABELA 4 - CRESCIMENTO ACUMULADO DE MICROEMPREENDEDORES ENTRE DEZEMBRO DE 2010 A DEZEMBRO DE 2015	59
TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL POR CIDADE NA POPULAÇÃO OCUPADA DE 2010 A 2015	61
TABELA 6 - AS VINTE ATIVIDADES MAIS ABRANGENTES ENTRE OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS EM 2015	64
TABELA 7 - AS VINTE ATIVIDADES MAIS ABRANGENTES ENTRE OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO SEXO FEMININO EM 2015	69
TABELA 8 - AS VINTE ATIVIDADES MAIS ABRANGENTES ENTRE OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO SEXO MASCULINO EM 2015	71

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. EVOLUÇÃO DA DISCUSSÃO CONCEITUAL E DA PRÁTICA DO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL	16
2.1 Surgimento e Evolução do Empreendedorismo.....	16
2.2 O Conceito de Empreendedorismo.....	19
2.3 O Empreendedorismo no Brasil	23
2.4 Taxas de Empreendedorismo no Brasil	34
2.5 O Microempreendedor Individual – MEI	38
3. METODOLOGIA	48
3.1 Método Científico	48
3.2 Procedimentos Técnicos.....	48
4. O PERFIL DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NO SERTÃO ALAGOANO	51
4.1 Apresentação da Mesorregião do Sertão de Alagoas	51
4.2 O MEI no Sertão de Alagoas.....	53
4.3 Distribuição dos MEIs do Sertão por Grandes Setores	62
4.4 O Perfil dos MEIs do Sertão de Alagoas	66
4.4.1 Gênero.....	67
4.4.2 Faixa etária.....	72
5. CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS	79

1. INTRODUÇÃO

No que se refere ao termo empreendedorismo, pesquisas indicam que ele surge em meados do século XVIII, caracterizando o indivíduo que busca gerar valor através de atividades de inovação no âmbito empresarial. Pode-se dizer que o empreendedor é o indivíduo que busca, através de necessidades identificadas no meio social em que vive, gerar novos produtos e serviços a fim de resolvê-las.

O empreendedorismo, nos dias atuais, é mais que uma realidade, apesar de ainda ter muitas discussões no que se refere ao seu conceito. Esse fenômeno está presente tanto nas cidades grandes como nas cidades pequenas e, na maioria das vezes, se torna uma alternativa de emprego e renda por falta de uma alternativa assalariada e poucas vezes está atrelado a inovação.

O Microempreendedor Individual (MEI) é uma categoria que surgiu para regulamentar o pequeno empreendedor que trabalha por conta própria, na maioria das vezes na própria casa ou na casa dos clientes. O MEI existe desde a aprovação da Lei complementar nº 128 de 19/12/2008 que o legalizou no Brasil, crescendo ao longo dos anos. Tal lei garante uma série de direitos e benefícios para os pequenos empreendedores que viviam à margem de políticas públicas, cobertura previdenciária e oportunidade de expansão comercial.

Diante desse cenário crescente de pequenos empreendedores autônomos, diversas representações sociais, institucionais e políticas viram a necessidade de um maior amparo legal e social para esse público. Desta forma, foi criada a política pública que ampara estes empreendedores no que diz respeito à previdência social, fazendo contribuição ao INSS, como também melhores oportunidades de negócio com a emissão de nota fiscal.

Entende-se ser necessário desenvolver uma análise específica que verifique as características dos Microempreendedores Individuais do Sertão alagoano, tratando-se de trabalho inédito, tendo em vista que as pesquisas atuais que englobam esse público não estão localizadas na região estudada. Tal investigação científica tem também grande importância para o cenário econômico do Brasil e do Sertão, vide que demonstrará a variação na ocupação da mão de obra, que pode interferir no cenário estatístico do emprego formal.

Partindo disso, buscou-se neste trabalho coletar resultados de investigações científicas, dados e informações a fim de responder ao seguinte problema: Qual o

perfil dos empreendedores do Sertão de Alagoas formalizados na pessoa jurídica do Microempreendedor Individual no ano de 2015?

Esse trabalho será focado em dois tipos de microempreendedores, os quais são os mais comuns, que são: por necessidade ou por oportunidade. O empreendedor por necessidade é aquele que abre um negócio com o propósito primordial de sustento pessoal ou familiar em vez de algo que identificou como oportunidade na sociedade. Já o segundo tipo de empreendedor é o que observa uma necessidade local e transforma essa em valor, em um produto/serviço.

No que se refere aos objetivos pretendidos nessa pesquisa, vislumbra-se analisar de forma descritiva, através de dados estatísticos secundários do Portal do Empreendedor e do IBGE, o Microempreendedor Individual do Sertão alagoano no período de 2010 a 2015. Dessa forma, para chegar no objetivo pretendido, faz-se necessário o desenvolvimento de etapas, onde foi realizado, de início, o levantamento bibliográfico dos principais conceitos de empreendedorismo e do microempreendedor individual, partindo de uma perspectiva geral para outro particular. Posteriormente, foi realizada pesquisa documental e bibliográfica para apresentar o histórico da legislação de amparo ao microempreendedor individual no Brasil. Por último, como objetivo específico final, há descrição do perfil socio econômico do microempreendedor individual através da análise de gráficos e tabelas gerados.

Esta pesquisa de conclusão de curso está estruturada em quatro sessões, sendo esta introdução a primeira, em que apresentamos ao leitor a justificativa, os objetivos e como o trabalho está formatado. A segunda se trata de revisão bibliográfica, em que são mostrados a história e os conceitos acerca do empreendedorismo bem como do MEI, baseado em diversos autores, como principais podemos citar Dolabela (2012), Dornelas (2008), Filion (1999) e Santos (2008). A terceira sessão aborda todos os detalhes das técnicas de pesquisa e métodos utilizados para a elaboração dessa monografia. A derradeira sessão apresenta os resultados de pesquisa estatística, atendendo ao objetivo de responder o problema proposto ao tratar das informações específicas sobre a localidade trabalhada.

2. EVOLUÇÃO DA DISCUSSÃO CONCEITUAL E DA PRÁTICA DO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

O estudo do empreendedorismo tem aumentado a cada dia tendo em vista a sua importância no contexto econômico. Esse tema, muito em alta devido, também, ao estado recessivo vivido pelas nações mundiais, onde os indivíduos perdem seus empregos em grandes empresas e veem oportunidades/necessidades na sua comunidade onde vivem e transformam essa oportunidade em negócios.

2.1 Surgimento e Evolução do Empreendedorismo

O termo “empreendedorismo” ainda hoje não tem uma definição aceita amplamente, pois cada corrente teórica aborda uma perspectiva diferente. Assim, iniciaremos esta parte do trabalho com uma identificação do momento em que o termo surgiu, tentando, a seguir, melhor caracterizá-lo frente às diferenças que possam aparecer.

A palavra “empreendedor”, como abordam Hisrich e Peters (2004 apud SANTOS, 2008, p. 41), tem origem na palavra francesa “*entrepreneur*”, “aquele que está entre” ou “intermediário”. Com todas as abordagens sobre empreendedorismo, Santos (2008) afirma que a ação empreendedora sempre caminhou junto com a história humana, pois podem ser encontradas ações semelhantes a isso desde as antigas civilizações. Murphy, Liao e Welsch (2006 apud SANTOS, 2008) afirmam, por exemplo, que a atividade empreendedora no período da pré-história está ligada às atividades de guerra.

Os autores Hisrich e Peters (2004 apud SANTOS, 2008) trazem uma visão bem mais ampla e mais aceita atualmente acerca do termo empreendedor. Eles afirmam que o processo empreendedor se traduz através de dedicação de tempo e físico para se criar algo inovador com valor e demanda social (valor agregado), porém tendo que enfrentar riscos financeiros, sociais e psicológicos ou galardão na forma de lucro e reconhecimento social.

Jean Baptiste Say que, segundo Santos (2008), utilizou o termo *entrepreneur* na sua obra no século XVIII intitulada *Traité d'économie politique* (Tratado de economia política), provocou bastante dificuldade na sua tradução

para a língua inglesa em 1832 tendo em vista seu amplo conceito. Ainda Santos (2008), afirma que o tradutor coloca em nota e rodapé que:

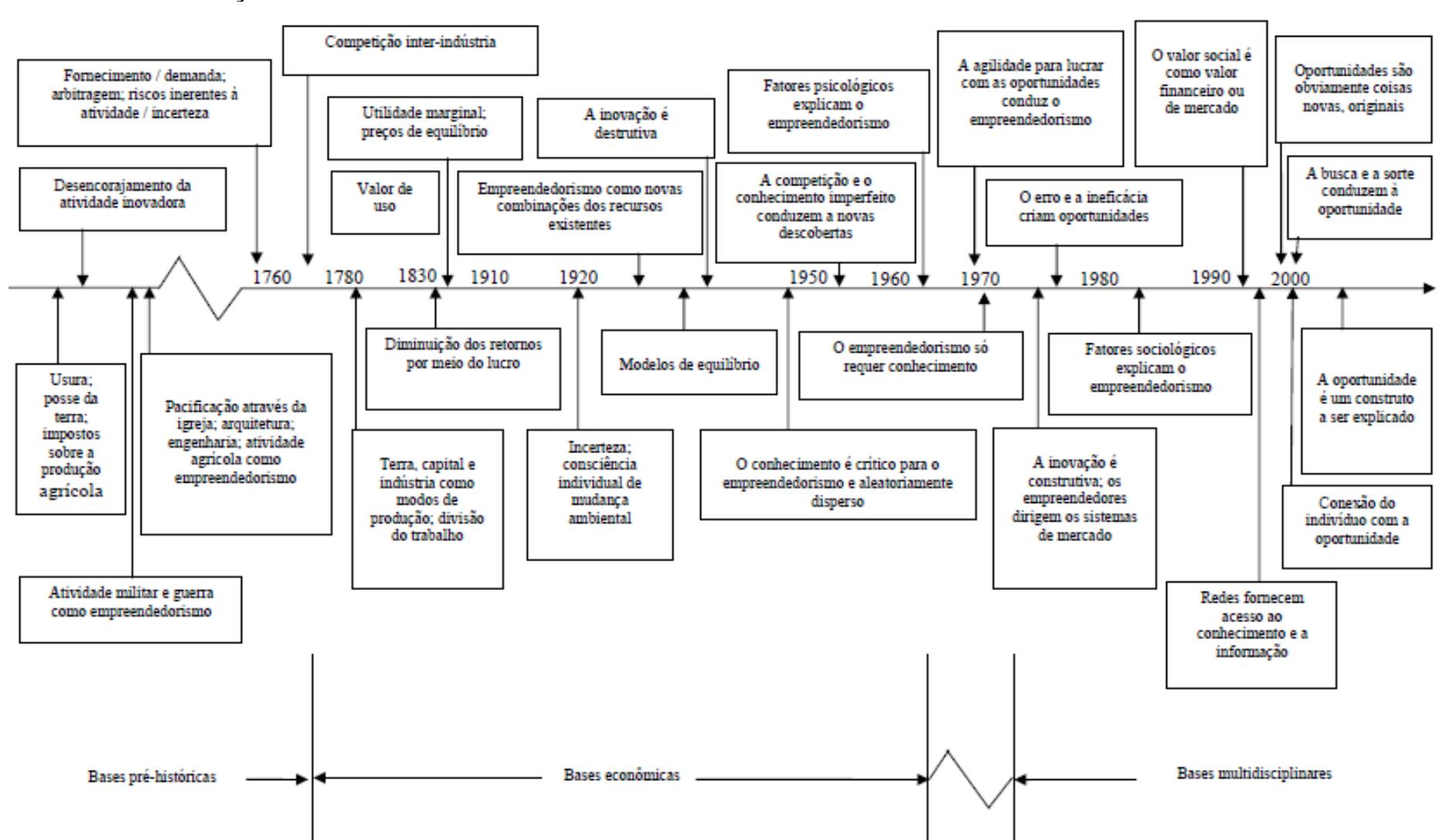
O termo *entrepreneur* é difícil de traduzir para o inglês; a palavra correspondente, *Undertaker*, tem abrangência limitada. Significa o mestre fabricante na fábrica, o fazendeiro na agricultura, e o comerciante no comércio; e geralmente em todas as três atividades, a pessoa que toma a seu encargo a responsabilidade imediata, o risco, e a preocupação com a condução das atividades, quer tenha empregado o seu próprio capital ou de terceiros (PRINSEP, In: SAY, 1832,p 18 apud SANTOS, 2008, p 41).

Já em relação a Say, uma tradução em língua portuguesa do seu livro publicado em 1983, utilizou a palavra empresário em tradução ao termo *entrepreneur*. Da mesma forma ocorreu com a obra de Richard Cantillon intitulada *Essai sur la nature du commerce en general* datada de 2002. Uma análise das obras desses dois autores, tomando como base os originais em língua francesa, mostraram ser incabível o termo empresário para designar, em língua portuguesa, *entrepreneur*. Nesse caso, empreendedor seria o termo mais adequado de acordo com o conceito que tem hoje (SANTOS, 2008).

Kuratko e Hodgetts (2004 apud SANTOS, 2008) abordam que o termo empreendedor/empreendedorismo surgiu em meados do século XVIII e a discussão e o estudo do mesmo continuaram durante os anos dos séculos XIX e XX, momento em que foi integrado ao capitalismo.

A seguir, para melhor visualização da história e do desenvolvimento do empreendedorismo, eis uma figura adaptada por Santos (2008) a partir de Murphy; Liao; Welsch (2006). Este mostra como aconteceu a evolução do pensamento em torno do empreendedorismo.

FIGURA 1 - EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE EMPREENDEDORISMO



Fonte: Santos (2008, p. 45)

Não é difícil perceber, como bem mostra a figura 1, que a ação empreendedora vem desde os primórdios da pré-história do empreendedorismo quando a ação empreendedora era tida na atividade agrícola e nas atividades da guerra, todavia nessa época as atividades de caráter inovadoras eram desencorajadas veementemente. Na base econômica podemos notar o florescimento de diversas contribuições de autores estudando aspectos que estão relacionados diretamente com o empreendedorismo como a inovação e o risco. E, por último, vem a base multidisciplinar, com o empreendedorismo sendo estudado pelos economistas.

2.2 O Conceito de Empreendedorismo

Como visto pelo gráfico anterior, as atividades empreendedoras percorrem uma linha histórica de alguns séculos, mas ainda não entendidas no arcabouço deste conceito.

Pode-se dizer que o empreendedorismo é a junção de processos e pessoas a fim de gerar um negócio rentável através de uma oportunidade observada na sociedade. Neste contexto, fica claro que o empreendedor tem o papel de gerar novos negócios assumindo riscos com a finalidade de gerar riqueza, emprego e renda (DORNELAS, 1971).

É interessante, aliás, que data o século XVIII o período de descoberta do empreendedorismo como também é nessa época que esta passa a ser estudado com mais afinco. Mas, há um fato que se sobrepõe, o risco. Esse é um vilão que anda lado a lado com o empreendedor, trazendo obstáculos e medo para a ação empreendedora. Tal risco foi descoberto pelo economista irlandês Richard Cantillon, que estava na França durante a revolução industrial que ocorria na Inglaterra na mesma época (DORNELAS, 2001; HISRICH; PETERS, 2004 apud SANTOS, 2008, p. 40).

Grupos de pesquisadores em 1919, após a segunda Guerra Mundial, já tinham percebido a importância dos pequenos negócios na criação de novos empregos. Na crise dos anos 1930, novos estudiosos foram se agrupando com o objetivo de estudar o crescimento desses pequenos negócios, chegando até a reunião da comissão de Bolton, em 1969. O relatório publicado dois anos após a reunião, dentre diversas coisas, mostra que para o surgimento de novos negócios é preciso um ambiente favorável e com indivíduos empreendedores (FILION,

1999). Segundo Fillion (1999, p. 12), “a Grã-Bretanha foi um dos primeiros países a compreender a importância dos pequenos negócios no crescimento da economia”.

O empreendedor é um indivíduo que gera bem-estar social através de implementações inovadoras em qualquer área de trabalho e social. Trata-se, assim, de que o empreendedor é um transformador social. Neste sentido, para Dolabela (2008), seria um erro, porém, atribuir o termo empreendedor apenas ao indivíduo que abre ou compra uma empresa. Desta forma, reveste-se de particular importância ampliar o conceito de empreendedorismo para todas as atividades humanas. Sob essa ótica, ganha grande importância o fato de que não é empreendedor o indivíduo que gera produtos que afetem negativamente a sociedade.

Conforme verificado por Hisrich, Peters e Shepherd (2014), o empreendedor é movido pela ação, todavia, antes disso, ele passa por um processo de identificação da oportunidade, se está dentro dos seus conhecimentos e aptidões somados com sua motivação em desenvolvê-la. O empreendedor tem a função de criar novos negócios a fim de gerar crescimento e riqueza para regiões onde a ação é realizada. Ele pode estar tanto nas empresas privadas quanto nas públicas ou no terceiro setor, como colaborador contratado ou voluntário, vislumbrando novos produtos/serviços e novas formas de processos.

Hisrich, Peters e Shepherd (2014) mostram ainda que o empreendedor é o indivíduo que gera novos produtos, serviços e processos para um mercado já existente ou para um novo mercado, a fim de promover desenvolvimento para a sociedade. Fica claro para estes autores que o indivíduo só empreende num negócio a partir do momento em que este vale a pena ser desenvolvido, tendo em vista que o seu preço de venda supere seus custos, gerando assim riqueza e renda.

Nesse sentido, Behling et. al. (2015, p. 69) deixam claro que:

[...] o papel do empreendedor na sociedade é de construção, pois, mediante seu empreendimento, criam-se oportunidades de geração de renda e melhoria na qualidade de vida das pessoas, por meio de produtos e serviços. A circulação de renda permite melhorar a qualidade de vida das pessoas, pelo retorno para a sociedade pelo recolhimento de impostos, que devem ser revertidos em saúde, educação, transporte e etc.

Sobretudo, os pequenos negócios, além de contribuírem para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), são relevantes no quesito social, com a geração de empregos no país assim como politicamente ao passo que são um potencial universal em termos mercadológicos. (MONTAÑO, 1999 *apud* GOMES, 2005).

É indiscutível que o conceito de empreendedorismo tem uma ampla discussão e abrangência, com conceitos e perspectivas mais aceitas. Dentro dessas, optamos por apresentar no Quadro 1, elaborado a partir de Morris, Lewis e Sexton (1994 *apud* SANTOS, 2008), os principais termos que o envolvem.

QUADRO 1 - SETE PERSPECTIVAS NA NATUREZA DO EMPREENDEDOR

Perspectiva	Descrição
Geração de riqueza	Empreendedorismo envolve assumir os riscos associados com a atividade produtiva em troca de lucro.
Criação de empresa	Empreendedorismo requer criação de um novo negócio em um local onde não existia antes nenhum desse tipo.
Geração de inovação	Empreendedorismo é preocupação com combinações, sem igual, de recursos que farão os métodos ou produtos existentes ficarem obsoletos.
Geração de mudança	Empreendedorismo envolve criação de mudanças ajustando, adaptando e modificando o repertório pessoal, abordagens e habilidades, para encontrar oportunidades diferentes disponíveis no ambiente.
Geração de emprego	Empreendedorismo é preocupação com emprego, administração e desenvolvimento dos fatores de produção, inclusive da força de trabalho.

Continua

Perspectiva	Descrição
Criação de valor	Empreendedorismo é um processo de criação de valor para os clientes, utilizando oportunidades não exploradas.
Geração de crescimento	Empreendedorismo pode ser definido como uma orientação forte e positiva para o crescimento em vendas, renda, recursos e empregos.

Fonte: Adaptado de Santos (2008, p. 21-29)

Observando as perspectivas demonstradas quanto à natureza de um indivíduo empreendedor, a geração de riqueza é um dos pontos importantes, pois não havendo isso a iniciativa não tem sustentabilidade e essa natureza dele envolve outro ponto crucial que leva muitos indivíduos a não tirarem do papel as suas ideias, o risco. Assim, a consequência de um projeto empreendedor é a montagem de um negócio numa localidade onde não tem nada parecido.

Ainda falando das perspectivas, uma característica importante que o empreendedor precisa ter para se tornar um de fato é a natureza inovadora, pois, a partir do momento que ele passa a ficar apenas gerindo o negócio e cuidando da parte burocrática, ele passar a ser só um administrador/gestor. Sobre isso McMullen e Shepherd (2006 *apud* SANTOS, 2008, p. 51) afirmam a partir de Schumpeter que:

[...] só se é empreendedor enquanto se consegue fazer novas combinações, pois, ao passar a dirigir o negócio perde-se essa condição e torna-se apenas administrador; empreender e gerir são funções diferenciadas; as inovações necessariamente não precisam ser invenções e egocentrismo é uma característica do empreendedor típico. Para ele a diferenciação entre empreendedor e não-empreendedor se dá pelo ato inovativo.

O empreendedor precisa, ainda, ter a necessidade de estar sempre mudando e ajustando suas habilidades e se adaptando às mudanças sociais e mercadológicas sem ficar na zona de conforto, assim ele poderá estar sempre atento às oportunidades que surgirem. O empreendedorismo é, contudo, a preocupação com a geração de emprego e renda para a comunidade, preocupando-se com o desenvolvimento dos fatores humanos responsáveis por manter a ideia/negócio no mercado.

O negócio precisa suprir as necessidades das pessoas, acontecendo isso ele estará criando valor. Caso o negócio criado não gere valor para a sociedade, ele se tornará inviável. Sendo viável, o empreendedor precisa, juntamente com as pessoas que fazem o negócio, ter estratégias que visem o crescimento da empresa para que novos empregos e renda continuem a ser gerados.

2.3 O Empreendedorismo no Brasil

O empreendedorismo no Brasil vem crescendo a cada ano mesmo diante de crises econômicas. O país tem um território vasto em grandiosidade como também em cultura e criatividade, o que leva a novas possibilidades de geração de novos negócios.

Para Dino (2017) o Brasil é um país privilegiado, tendo em vista as inúmeras possibilidades de negócios que garantem um diferencial frente ao mercado exterior, pois vários setores como o turismo, a agricultura, a indústria e o serviço continuam crescendo mesmo diante da crise financeira vivenciada no país. Isto motiva o empreendedorismo, pois com o aumento de novas empresas a competitividade se amplia e a inovação aparece.

Pode-se dizer que no Brasil o empreendedor ainda não tem um ambiente que estimule sua ação e desenvolvimento próximo do que se considera ideal quando comparado a outros países, porém essa situação já foi mais grave, tendo em vista que, há quase três décadas não existiam entidades de apoio a tal movimento como atualmente existem.

Políticas de apoio ao empreendedorismo no Brasil só começaram a ter tratamento adequado dos anos 1980 e 1990, quando entra na Constituição Federal com o primeiro estatuto. Antes disso, as pequenas empresas não eram tratadas como grupos de empreendimentos que têm algo em comum e com potencial de negócios, como vemos hoje. Assim, portanto, faz-se necessário conhecer o contexto histórico que de como as pequenas empresas no país chegaram a ter a denominação que têm hoje em dia e como estas eram tratadas no meio social, bancário e público.

Estudo deste assunto sobre as décadas de 1930 e 1960 foi realizado por Diniz e Boschi (1978), mostrando a transição de empresas exportadoras de produtos agropecuários para empresas de caráter industriais. Assim, comparando essas duas décadas, os autores afirmam que de um lado se tinha

uma produção industrial de gestão familiar com pouca diversidade de produtos produzidos, estes de produção artesanais; e, do outro lado, grandes indústrias com alto padrão de produção e de gestão industrial. Assim, segundo eles, a base industrial da época não tinha relevância na economia do país, tampouco influência política.

Para se ter uma ideia, segundo Melo (2008), a partir de leitura de outros trabalhos, no início da década de 1940, um terço dos sócios das empresas industriais brasileiras eram de origem estrangeira. Além disso, a década anterior havia sido marcada pela queda da proporção das pequenas empresas em São Paulo, polo industrial do país, saindo de 18% para 11% do total, enquanto as grandes empresas apresentaram aumento de 8%.

Ainda neste momento, Diniz e Boschi (1978) retratam que não existia um mercado de crédito desenvolvido para as indústrias. Apenas em 1937 que se inicia uma melhor atenção ao crédito para elas com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CRAAI) pelo Banco do Brasil. A partir disso o governo cria um sistema de crédito de médio e longo prazo a fim de apoiar as indústrias na compra de máquinas e equipamentos para melhorar a produção.

Fernanda Wanderley (1999) faz um levantamento da literatura econômica acerca das pequenas empresas no desenvolvimento econômico que vigorava na década de 1950 e afirma que as correntes dominantes consideravam que o desenvolvimento econômico estava ligado à industrialização de larga escala através de máquinas e equipamentos especializados somados com a divisão da mão de obra em setores da produção, junto, também, com tecnologia moderna e capital intenso. Todavia, as pequenas empresas eram ignoradas por não conseguirem alcançar produção de larga escala e eficiência produtiva dentro dos moldes colocados como condicionais para o desenvolvimento econômico: “Nessa perspectiva, as pequenas empresas estavam, na melhor das hipóteses, desempenhando um papel transitório nos países que ainda não haviam alcançado a fase mais avançada de desenvolvimento” (Ibid., p. 17).

A autora descreve que neste período histórico quanto mais as esferas sociais eram diferenciadas, mais a economia era considerada moderna. Desta forma:

Todas as economias que não se adéquam ao modelo da economia de mercado são, em consequência, automaticamente classificadas como atrasadas, e menos esforços sistemáticos são dedicados a compreender e explicar como e por que outros contextos institucionais

permitem que diferentes organizações econômicas operem (WANDERLEY, 1999, p. 18).

Ainda sob a ótica da vertente dominante do desenvolvimento econômico, a partir da modernização e da produção em larga escala, Wanderley (199) apontou também que estudos vão surgir acerca do papel das pequenas empresas no início da década de 1970. Estes abordavam que as pequenas empresas, com produção em pequena escala, continuaram e conseguiram absorver parte significativa do emprego da indústria. Tais estudos apontaram também que apesar das grandes indústrias absorverem boa parte dos investimentos não conseguiram gerar grande quantidade de empregos capaz de absorver grande parte da mão de obra.

Outros estudos na mesma época desenvolvidos em países subdesenvolvidos mostraram que a maior parte da população trabalhava em pequenas empresas ou de forma autônoma. Desta feita, a conclusão para o período era que a qualidade do emprego era mais importante que a taxa de desemprego, ao passo que a ausência de benefícios sociais levava à necessidade de criação de trabalho mesmo em condições não apropriadas.

Foi nesse panorama que o conceito de informalidade começou a ter atenção mais exclusiva, principalmente pela persistência das pequenas empresas em continuar existindo, já que as correntes econômicas da época pregavam o desaparecimento delas em tempos de econômica aquecida.

Nesse sentido, Wanderley (1999, p. 22-23) deixa claro que:

As atividades informais foram interpretadas como o resultado de desequilíbrios oriundos do próprio desenvolvimento econômico como, por exemplo, um descompasso entre crescimento demográfico, urbanização e criação de novos empregos.

As pequenas empresas, ainda segundo Wanderley (1999), eram impossibilitadas de geração de lucro pela falta de modernidade e organização administrativa, desta forma eram tratadas apenas como alternativa para o desemprego. Essa situação era oposta ao padrão econômico de desenvolvimento capitalista, onde, no entanto, era tida como uma estratégia de sobrevivência, tendo como característica o uso predominante de mão de obra familiar, pouco capital e falta de regulação governamental.

Presumia-se no Brasil que as pequenas iniciativas de produção reduziriam ou mesmo acabar ao passo que o processo de industrialização se desenvolvesse no país. Desta feita, nos próprios arquivos do governo não foram encontrados registros referentes à separação das empresas por porte, tendo em

vista que o foco das políticas econômicas era o desenvolvimento da indústria (MACUSO, 2002 *apud* MELO, 2008).

Ainda na década de 1970 surge o CEBRAE (Centro de Apoio as Pequenas e Médias Empresas), sendo esta a primeira entidade a apoiar as pequenas e médias empresas. Esta instituição tinha como foco primordial a orientação e a captação de crédito (MELO, 2008).

Nos anos 1980, conforme Pochamann (2015), a atividade informal foi uma das poucas alternativas para a produção de trabalho e renda, tendo em vista a queda no desemprego com consequente queda da renda causada pelo decrescente crescimento econômico. Dentro dessa perspectiva, o autor informa que “dos 2,7 milhões de proprietários de micro empreendimentos com até cinco anos de atividade, 43% tinham sido dispensados do emprego anterior ou foram impossibilitados de viver devido ao baixo rendimento auferido” (POCHMANN, 2015, p. 202).

Ainda nos anos 1980 há um processo de remodelação do setor industrial brasileiro. Grande quantidade de empresas acabam sofrendo com essa mudança, que gerou um contingenciamento de mão de obra à margem do mercado de trabalho. Dentro desse cenário econômico Pochmann (2015, p. 201) afirma que:

A partir de 1980, diante do abandono de projeto de desenvolvimento nacional, a economia brasileira ingressou em uma longa fase de baixo dinamismo nas atividades produtivas. Sem capacidade de expandir o emprego no mesmo nível da população economicamente ativa, ganhou expressão o maior contingente de mão de obra excedente.

Foi dentro dessa remodelagem das atividades produtivas, segundo Melo (2008), que surgiu a ênfase na criação de trabalho e renda ligados à atividade de pequena escala produtiva e não apenas via trabalho assalariado, assim como, que o crescimento econômico não poderia ser creditado apenas à industrialização. Desta forma, diversos setores da economia ganham relevância, caso de comércio e serviços; como também vários arranjos empresariais, casos dos Arranjos Produtivos Locais (APL), de cooperativas, centrais de negócios, franquias e incubadoras.

Com a proporção cada vez maior das micro e pequenas empresas e sua relevância na geração de emprego e renda ao país, começaram a surgir entidades de apoio aos micro e pequenos empreendedores, tais como: Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (SIMPI); Sindicato das

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Comércio do Estado de São Paulo (SIMPEC); Associação Nacional dos Sindicatos de Micro e Pequena Indústria (ASSIMPI); e Associação Nacional dos Sindicatos de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Comércio (ASSIMPEC).

Nessa época também começaram a surgir as primeiras iniciativas legislativas de incentivo à abertura de micro e pequenas empresas. Ainda nos anos 1980 surgiu o primeiro estatuto da microempresa instituído em 1984 pela Lei nº 7256 em 27 de novembro. Essa foi a primeira iniciativa por parte do legislativo federal brasileiro neste sentido.

O mais preocupante é constatar que antes disso o ambiente no país não era nem um pouco convidativo para o desenvolvimento do empreendedorismo. Tanto é que não se falava nada sobre isso, nem tão pouco questões preliminares e importantes na criação de um novo empreendimento como é o caso da ferramenta “plano de negócio”. Não é exagero afirmar que nesse cenário as dificuldades eram enormes para a busca de apoio e informação para os pequenos empreendedores.

Dornelas (2007) afirma que o empreendedorismo começou a ganhar corpo na década de 1990, quando entidades importantes no apoio ao empreendedorismo, trazendo maior visibilidade e ações direcionadas a tal atividade, que levaram ao longo do tempo informação e capacitação para os empreendedores, levando ao aumento de empreendimentos no país. O Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma importante instituição de fomento do empreendedorismo no país, com isso se faz necessário um breve resumo histórico do seu surgimento, apresentado no Quadro 2 a seguir.

QUADRO 2 - LINHA DO TEMPO DO SURGIMENTO DO SEBRAE

Ano/ período	Resumo histórico
1964	O atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que, naquela época, era chamado de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criou um departamento de operações especiais que era formado pelos programas: de Financiamento da Pequena e Média Empresa (Fipeme) e o de Desenvolvimento Técnico-Científico (Funtec). Neste departamento foi montado um sistema de apoio gerencial às micro e pequenas empresas a partir de uma pesquisa que mostrou que as altas taxas de inadimplência dos programas estavam ligadas à má gestão.

Continua

1967	A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) lança nos Estados o Núcleo de Assistência Industrial (NAI), com o objetivo de prestar consultoria de gestão. Às empresas de pequeno porte. Este programa é considerado o embrião do SEBRAE.
1972	Por iniciativa do BNDE e do Ministério do Planejamento foi criado o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial a Pequena Empresa (CEBRAE). O conselho deliberativo era composto pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Associação dos Bancos de Desenvolvimento (ABDE) e pelo próprio BNDE. Os primeiros trabalhos tiveram início através de parceiros em alguns estados, como o Ibacesc (SC), Cedin (BA), Ideg (RN), Ideies (ES), CDNL (RJ) e o CEAG (MG).
1977	Data em que o CEBRAE já estava atuando com programas específicos para as pequenas e médias empresas.
1979	Diversos programas já estavam levando atendimento aos empresários nas áreas de tecnologia, crédito e mercado.
1982	CEBRAE começa a ter presença política com o surgimento de associações de empresários unindo forças com as micro e pequenas empresas, assim como líderes políticos, com a finalidade de reivindicar melhorias junto ao poder executivo. Ainda nesse ano, diagnósticos setoriais passaram a fundamentar a criação de programas de desenvolvimento regional.
1985-1990	Período das presidências de José Sarney e Fernando Collor. O CEBRAE sofre com uma série de crises levando a uma enorme queda do repasse orçamentário que leva à demissão de 110 funcionários, número esse que representava 40% da sua força de trabalho. Nessa época, ainda, ele passa a ser vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio.
1990	No final desse ano o CEBRAE passou a ser SEBRAE, como é conhecido hoje, e se desvinculou do poder executivo do Brasil, passando a ser uma instituição privada sem fins lucrativos através do decreto nº 99.570 cujo complementa a Lei 8029 de 12 de abril. Assim, ela passa a ser mantida via repasses das maiores empresas do país.

Fonte: Próprio autor a partir do site do SEBRAE (2018)

Não é exagero afirmar que o SEBRAE é a maior instituição de apoio ao pequeno empreendedor no país, com dados de 2017 que apontam que naquele ano “o volume de atendimentos ultrapassou os 7,2 milhões, com mais de 3,8 milhões de clientes atendidos” (AGÊNCIA, 2017).

Além do SEBRAE, outra instituição citada por Dornelas (2008) como importante para o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil foi a Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX), assim segue no Quadro 3 uma breve linha do tempo mostrando um pouco como foi o seu desenvolvimento.

QUADRO 3 - LINHA DO TEMPO DO SURGIMENTO DA SOFTEX

Ano/ período	Resumo histórico
1992	Ano de criação do SOFTEX, que tinha como objetivo de fomentar a indústria de softwares no mercado nacional e internacional. Inicialmente ele foi chamado de SOFTEX 2000 – Programa Nacional de Software para Exportação.
1992- 1996	Primeira fase do SOFTEX, coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com ênfase na construção de uma estrutura adequada para o acolhimento de empresas. Outro ponto importante nessa fase foi o planejamento de duas estratégias para o crescimento de empresas de informática: convidar a universidade para elaborar e ministrar cursos de empreendimento de informática; e a criação de incubadoras nas instalações da universidade para o desenvolvimento das novas empresas.
1997	Ano de início da segunda fase, foi marcada pela criação de uma sociedade civil para a condução do Programa, desta feita, nasceu a Sociedade Brasileira para a Exportação de Software (SOFTEX). Esta sociedade foi criada através das instituições que estavam envolvidas com o programa SOFTEX 2000, com o objetivo de ser específica para a orientação de negócios. A manutenção era feita por empresas associadas e pelo governo federal.
2001	Uma atualização da razão social é feita, passando de “Sociedade” para “Programa da Excelência do Software Brasileiro”, sendo qualificada como Sociedade Civil de Interesse Público.

Fonte: Próprio autor a partir de Araújo (2017)

As pequenas empresas de software têm uma importância significativa para o empreendedorismo do país. Sobre isso, Araújo (2017, p. 5) afirma que “aproximadamente 73% da indústria brasileira de software (mais de 6.000 organizações) é constituída por PMEs”.

O desenvolvimento de entidades específicas para tratar deste setor econômico fez com que diferentes regulamentações aparecessem a partir da evolução das micro e pequenas empresas. A seguir, no Quadro 4, tratamos do desenvolvimento das leis federais sobre o tema, partindo da Lei 7.256/1984, que cria o status da microempresa, à Lei Complementar 123/2006 (chamada de Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dentre outras leis que tocam o tema e/ou são complementares à Lei Geral.

QUADRO 4 - LEIS FEDERAIS SOBRE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Lei 7.256 de 27 de novembro de 1984

Cria o estatuto da microempresa e trata, em um só texto de lei, de vários pontos relativos à microempresa. Esta lei institui o tratamento diferenciado, simplificado e favorecedor para as microempresas no domínio fiscal, do INSS, do trabalho, do crédito e do desenvolvimento da empresa. Nesta lei, por meio do seu artigo 2, a microempresa é definida como uma empresa cuja receita bruta anual atinge no máximo 10.000 Obrigações do Tesouro Nacional (OTN). Esta definição é revogada em 1996 pela Lei do SIMPLES e toda a lei é revogada em 1999 pela Lei 9.841.

Artigo 170 da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988

Explicita que a ordem econômica, fundada sobre a valorização do trabalho humano e sobre a iniciativa, tem como finalidade assegurar a existência digna, observando, entre outras coisas, o tratamento favorecedor a empresas de capital brasileiro e de pequeno porte (inciso IX).

Artigo 179 da Constituição Federal do Brasil, de 05 de outubro de 1988

Determina o tratamento jurídico diferenciado favorecendo as micro e pequenas empresas a fim de estimular seu desenvolvimento pela simplificação de suas obrigações legais, administrativas, fiscais e relativas ao crédito e ao INSS, assim como pela eliminação ou redução de suas obrigações. Contudo, a definição de pequena empresa pela lei só é criada em 28 de março de 1994 pela lei 8.864 (a seguir), ou seja, seis anos mais tarde.

Lei 8.864 de 28 de março de 1994

Muda a definição de microempresa pela elevação do limite máximo do faturamento anual para 250 mil UFIR (US\$ 135 mil). Introduz a primeira definição de “empresa de pequeno porte” já citada na Constituição Federal desde 1988. Permaneceu limitada por falta de legislação complementar para regulamentar grande parte de seus artigos. Por esta lei, é pequena a empresa cujo faturamento anual bruto é superior a 250 mil UFIR e igual ou inferior a 700 mil UFIR (US\$ 135 mil e US\$ 378 mil respectivamente). Esta lei é revogada em 1999 pela Lei 9.841.

Continua

Lei 9.317 de 05 de dezembro de 1996 (Lei do SIMPLES)

É considerada por muitos como o maior ganho das micro e pequenas empresas na história do sistema jurídico brasileiro. Revogou vários artigos da Lei 7.256, dentre eles o Artigo 2 que definia a microempresa. Criou o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e de Contribuições das Micro e Pequenas Empresas (SIMPLES) que estipula o tratamento fiscal diferenciado e privilegiado para micro e pequenas empresas. Baixou consideravelmente a carga de impostos para estas empresas, além de simplificar os procedimentos de declaração e recolhimento destes. Criou a possibilidade dos estados e municípios também contribuírem na concessão de benefícios a estas empresas. Com isto, por exemplo, o imposto sobre a circulação de mercadorias (ICMS) e o imposto sobre serviços (ISS) podem ser diminuídos de forma diferenciada nos vários estados e municípios brasileiros. Isto possibilita, obviamente, o aumento da pluralidade e das diferenças entre as definições de micro e pequena empresa para fins fiscais no Brasil. A lei do SIMPLES define uma microempresa como a empresa cujo faturamento anual é de até R\$ 120 mil (US\$ 65,9 mil) e a pequena empresa como aquela cujo faturamento anual é superior a R\$ 120 mil (US\$ 65,9 mil) e igual ou inferior a R\$ 720 mil (US\$ 395,6 mil). Com a alteração feita pela Lei 9.732 de 11 de dezembro de 1998, a pequena empresa passou a ser considerada como aquela cujo faturamento anual é superior a R\$ 120 mil (US\$ 65,9 mil) e igual ou inferior a R\$ 1,2 milhões (US\$ 659,3 mil).

Lei 9.841 de 05 de outubro de 1999

Cria o novo Estatuto das Micro e Pequenas Empresas. Adiciona à legislação uma definição mais ampla para estas empresas – amplia o número de empresas que podem ser classificadas como micro e pequenas. Revoga expressamente as leis 7.256 de 1984 e 8.864 de 1994 (apresentadas acima). Não revoga a Lei do SIMPLES. Os principais benefícios criados pela Lei 9.841 de 1999 são os seguintes: i) A microempresa é definida como uma empresa cujo faturamento anual é de até R\$ 244 mil (US\$ 134 mil), enquanto a pequena empresa é aquela cujo faturamento anual é superior a R\$ 244 mil e igual ou inferior a R\$ 1,2 milhão (US\$ 134 mil e 659,3 mil respectivamente); ii) São facilitados os procedimentos de registro e de oficialização (saída da informalidade) das micro e pequenas empresas e menos documentos são exigidos delas; iii) Introduce-se na fiscalização do INSS e das questões do trabalho o procedimento de “dupla visita”, sendo a primeira visita do fiscal uma visita de caráter “pedagógico” e as próximas com a possibilidade de multas no caso de contravenções reincidentes.

Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002

Traz, pela primeira vez, o termo Microempreendedor Individual. Mas, essa lei trata o MEI como um Empresário Individual (EI). Para que tenha o tratamento diferenciado e facilitado, a empresa não pode ultrapassar a receita bruta anual de R\$ 36.000,00.

Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006

Chamada de Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Foi um avanço na legislação, ao ampliar o sistema de tributação simplificado que passou a ser denominado de Simples Nacional, ou SuperSimples, unificando os tributos federais, estaduais e municipais. Dentre os outros benefícios implantados, destacam-se: i) prioridade nas compras públicas; ii) apoio à inovação tecnológica; e iii) facilitação no acesso ao crédito.

Lei 11.598 de 3 de dezembro de 2007

Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, criou a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM). Assim como, foram criadas as Centrais de Atendimento Empresarial, chamadas de FÁCIL. Estas centrais tinham por finalidade unir os diversos órgãos públicos, envolvidos no processo de abertura de uma empresa, em um só lugar, objetivando facilitar a vida dos micro e pequenos empreendedores.

Lei Complementar 128, de 19 de dezembro de 2008

Dá mais ênfase ao Microempreendedor Individual, estabelecendo diversos benefícios para que os empreendedores informais sejam empreendedores formais. Mantido o faturamento máximo estabelecido pela Lei 10.406/2002, R\$36.000,00 anual, institui uma taxa única mensal referente à carga tributária simplificada. O principal benefício dessa lei é o acesso aos serviços e garantias do INSS, além de poder contratar até um funcionário com um custo bastante reduzido.

Lei 12.470 de 31 de agosto de 2011

Dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual (MEI).

Lei Complementar 139 de 10 de novembro de 2011

Essa lei estabelece novos limites de receita bruta para as micro e pequenas empresas. O Microempreendedor Individual (MEI) passa a ter o limite de faturamento estendido para R\$60.000,00, por ano. Já a Micro Empresa (ME) pode faturar até R\$360.000,00, por ano. Por fim, a Empresa de Pequeno Porte (EPP) passa a ter uma faixa de faturamento entre R\$360.000,01 e R\$3.600.000, por ano.

Lei 12.792 de 28 de março de 2013

Institui a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), com status de ministério. Esta secretaria passa a ser responsável pela elaboração, coordenação e articulação de políticas públicas e programas de incentivo, qualificação, promoção da competitividade e incentivo à inovação para as Micro e Pequenas Empresas, o que inclui o MEI.

Lei Complementar 147 de 7 de agosto de 2014

Amplia os benefícios do Simples para um rol maior de atividades, como Medicina, Odontologia, Fisioterapia, e muitos outros. Praticamente todas as atividades cadastradas no CNAE (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas) passam a ter o tratamento diferenciado do Simples. Outro benefício importante foi a possibilidade de encerrar as atividades da empresa mesmo com pendências ou débitos tributários. Ou seja, para dar baixa na empresa, a qualquer tempo, o empresário terá mais agilidade.

Lei Complementar 154/2016

Foi aprovada em abril e altera a Lei Geral da Micro e pequena empresa onde estabelece que o Microempreendedor Individual pode utilizar sua residência como sede para o seu empreendimento.

Lei Complementar 155/2016

Tal lei foi sancionada em 27 de outubro de 2016 onde as principais alterações feitas são as seguintes:

I) Aumento do teto de receita bruta das empresas de pequeno porte para R\$ 4,8 milhões e do microempreendedor individual para R\$ 81 mil (a partir de jan/2018). O ICMS e ISS das empresas com receita bruta acima de R\$ 3,6 milhões será recolhido fora do Simples Nacional; II) Alteração das tabelas e adoção de alíquotas progressivas, seguindo modelo do IRPF, para o Simples Nacional; III) Criação do Investidor Anjo; IV) Criação do Fator Emprego, relação entre a receita bruta da empresa e seus custos com pessoal. Caso este fator seja igual ou maior do que 28%, a empresa tributada pela Tabela V poderá ser tributada pela Tabela III; VI) Criação de parcelamento especial para dívidas do Simples Nacional, limitado a 120 meses e valor mínimo da parcela de R\$ 300,00 para micro e pequena empresa; VII) Possibilidade de empreendedores do meio rural optarem pela sistemática do MEI; VIII) Previsão da baixa simplificada do MEI, em caso de fraude; IX) Inclusão dos pequenos fabricantes de bebidas no Simples Nacional; X) Remanejamento entre tabelas das seguintes atividades, que passam a ser tributadas pela Tabela III, mais benéfica: Arquitetura e Urbanismo; Medicina; Odontologia e Prótese Dentária; Psicologia, Psicanálise, Terapia Ocupacional, Acupuntura, Podologia, Fonoaudiologia, Clínicas de Nutrição e de Vacinação e Bancos de Leite; XI) Extinção do sublimite de R\$ 1,2 milhão; XII) Previsão de regimes aduaneiros especiais para micro e pequenas empresas exportadoras optantes do Simples, com a simplificação dos procedimentos de logística internacional.

Fonte: Adaptado de Carmo (2015), revisto e atualizado pelo autor

O ambiente brasileiro para o desenvolvimento do empreendedorismo ainda está muito atrasado. Apesar do país estar bem colocado em alguns quesitos na pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), em outros está muito mal. Por exemplo, na variável que se refere à motivação em empreender o Brasil está no final da lista, 47ª posição, entre os 54 países pesquisados. A motivação por necessidade está em níveis elevados e pesquisas mostram que empreendimentos por necessidade tendem a contribuir pouco para o desenvolvimento do país e uma dessas causas é a falta de educação de qualidade, que influi na qualidade do capital humano, assim como os entraves burocráticos para a abertura de novas empresas. Uma pesquisa feita recentemente pelo Banco Mundial, chamada de *Doing Business*, avalia os processos burocráticos para abertura de uma empresa em 190 países, o Brasil está acima da centésima posição, o que deixa claro a defasagem das nossas políticas de fomento ao empreendedorismo (IBMEC, 2018).

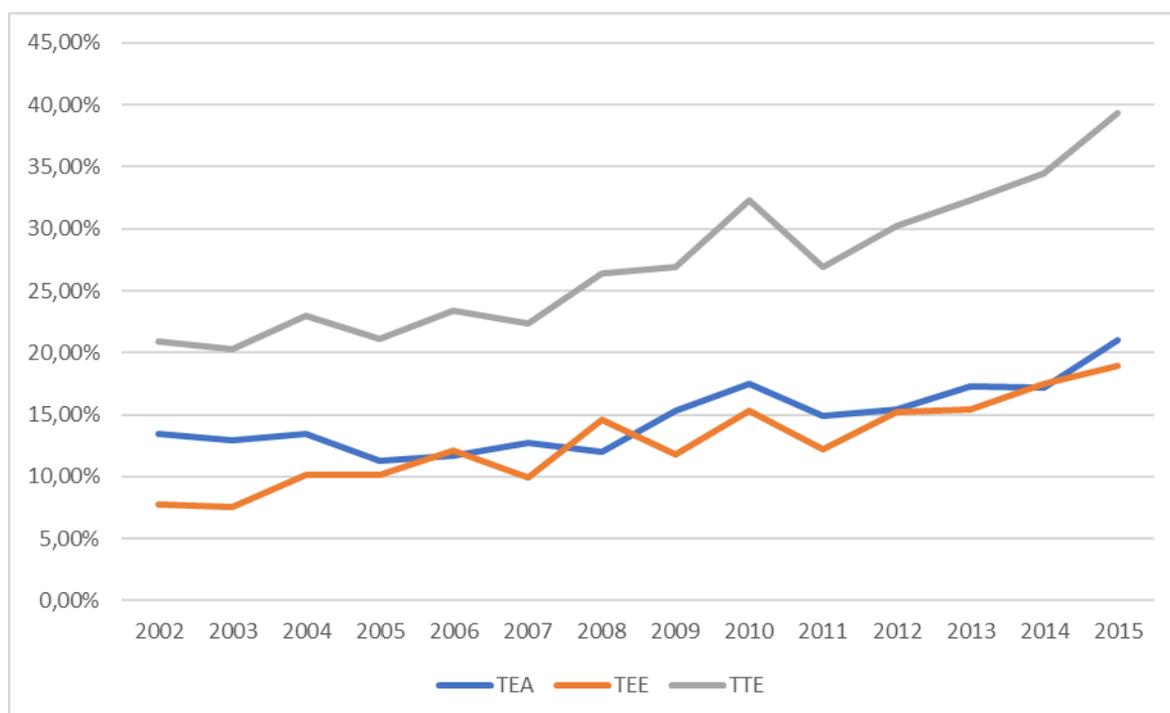
2.4 Taxas de Empreendedorismo no Brasil

A fim de mostrar o crescimento do empreendedorismo em números no Brasil, a partir do ano de 2000, surge a pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), que se refere a um programa de abrangência mundial criado através da parceria entre a *London Business School*, da Inglaterra, e o *Babson College*, dos Estados Unidos. Para ser realizada no Brasil, esta pesquisa conta com o apoio do SEBRAE, do IBQP (Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade) e do Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A pesquisa GEM é realizada tomando como base a população ativa de 18 a 64 anos, com esses dados são calculados e apresentados os resultados na forma de taxas gerais e específicas. A taxa geral é organizada em subgrupos, que considera o estágio em que se encontra o empreendedor assim como a motivação que o levou a empreender. No que se refere ao estágio, as taxas são nomeadas como: Taxa Total de Empreendedorismo (TTE); Taxa de Empreendedorismo Estabelecido (TEE), empreendedor com um negócio em atividade acima de 3,5 anos; e Taxa de Empreendedorismo Inicial (TEA), e este último ainda pode ser dividido em dois tipos: nascente – empreendedor que tem um novo negócio com no máximo 3 meses ou está envolvido com a criação nos últimos 12 meses; e novo – empreendedor com negócio entre 3 meses e 3,5 anos de atividade. Em relação à motivação, as taxas são divididas em empreendedorismo por motivação (negócio criando a partir de uma oportunidade observada) ou por necessidade (negócio criado quando o indivíduo não tem outra opção de renda) (GEM, 2016).

Tomando tal pesquisa como base, segue no Gráfico 1 uma linha evolutiva que mostra o crescimento percentual do empreendedorismo de 2002 a 2015 no Brasil, tomando como base o estágio do empreendimento.

GRÁFICO 1 - TAXAS DE EMPREENDEDORISMO SEGUNDO ESTÁGIO DO EMPREENDIMENTO



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de GEM (2016)

De acordo com o gráfico acima, podemos observar, no geral, que de 2002 a 2015 houve uma variação crescente, ainda que algumas quedas pouco significativas tenham surgido em alguns anos. Comparando o ano de 2002 e 2003 temos uma pequena queda na taxa total causada pela variação percentual nos empreendedores iniciantes (-0,60%). Porém, no ano seguinte, temos uma elevação na taxa dos empreendedores estabelecidos, onde indica que a média de empreendedores acima de 3,5 anos no mercado tem crescido (+6,60%). Já no ano de 2005 tivemos uma nova queda na taxa de empreendedores iniciantes (-2,20%), o que levou, consequentemente, à queda na taxa total de empreendedores (-1,90%). Essa queda nos mostra que empreendimentos novos fecharam antes de 3,5 anos.

Ainda na ótica da sobrevivência das MPEs, o Anuário do Trabalho das Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2017) mostra que no Brasil, em números absolutos, há um total de 6.843.051 empresas MPE e MGE*, onde 99% deste número é composto pela MPEs. Sobretudo, um dado preocupante é constatar

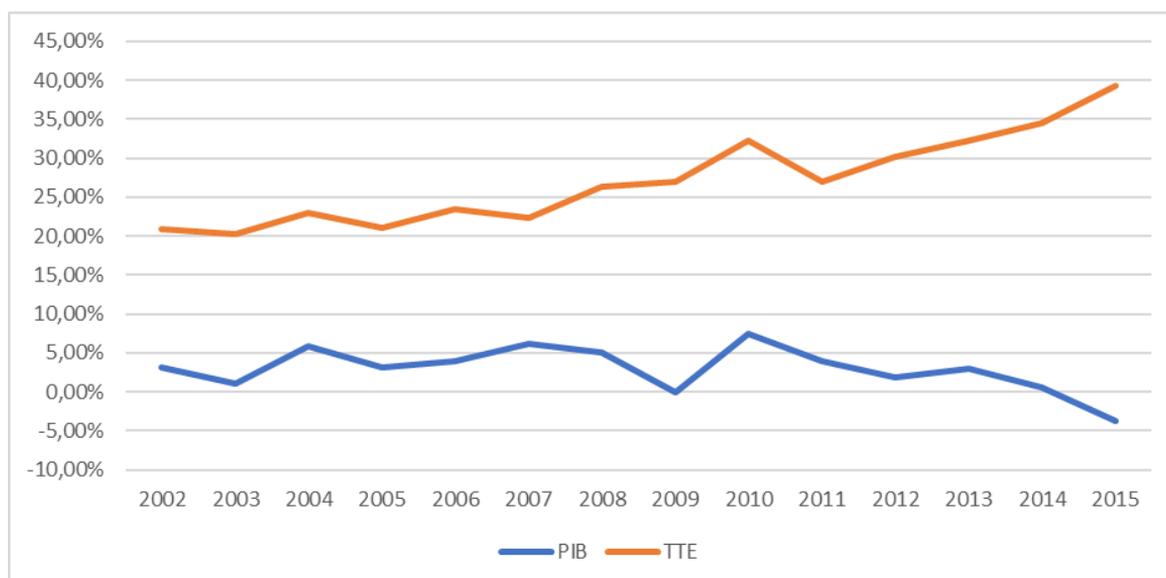
* Médias e Grandes Empresa

que a porcentagem de MPEs que não sobrevivem após 2 anos de criação é de 22% (DA SILVA., 2015).

Todavia, analisando o gráfico no período foco da pesquisa, 2010 a 2015, o que chama a atenção é uma queda brusca entre os anos de 2010 e 2011 no total de empreendedores (-5,4%), causada pelo número de empreendedores iniciantes (-2,6%) e no número de empreendedores estabelecidos (-3,1). A partir de 2011 até 2015 podemos observar uma crescente constante na taxa total de empreendedores (12,4%), com uma média de 3,1% ao ano, chegando em 2015 a sua maior taxa em todos os anos pesquisados. Essa crescente positiva na TTE se deu pelo crescimento equilibrado entre a TEA e a TEE, 1,52% e 1,68% respectivamente.

Sob essa ótica, ganha particular importância a análise da taxa de empreendedorismo comparando com o crescimento do PIB nacional. Para tanto, observemos o gráfico 2 a seguir.

GRÁFICO 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB E TAXAS DE EMPREENDEDORISMO TOTAL

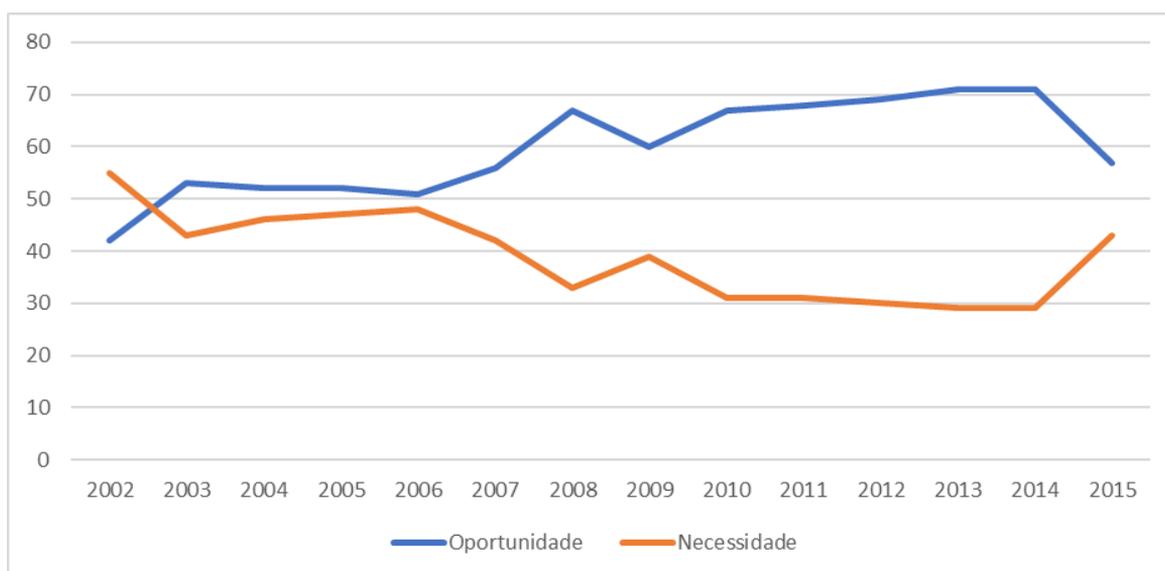


Fonte: Adaptado de GEM (2016) e IBGE (2018)

Ao analisar esse gráfico, podemos observar que a variação da taxa do Produto Interno Bruto (PIB) e a de empreendedorismo se relacionam até meados de 2011. Entretanto, a partir de 2012 até 2015 elas variam inversamente, isto é, à medida que a de empreendedorismo se eleva, a do PIB reduz.

Desta feita, agora cabe avaliar o crescimento do empreendedorismo no Brasil a partir da sua motivação a empreender, que são duas: por motivação ou por necessidade. Empreendedor por necessidade são aqueles que empreendem tendo em vista manter as suas necessidades básicas para sobrevivência através de um segmento que mais lhe convêm, com habilidade para tal sem observar alguma oportunidade que esteja aberta a exploração no meio em que vive; enquanto que o empreendedor por oportunidade empreende a partir de uma oportunidade observada na sociedade com chance de monetização, mesmo tendo outras opções de empregos (GEM, 2016). Tendo em vista essas definições, o Gráfico 3 a seguir apresenta o cenário brasileiro.

GRÁFICO 3 - TAXA DE EMPREENDEDORISMO POR OPORTUNIDADE E POR NECESSIDADE COMO PROPORÇÃO DA TAXA DE EMPREENDEDORISMO INICIAL 2002-2015



Fonte: Adaptado de GEM (2016)

No Gráfico 3 observamos que em 2002 o empreendedorismo por necessidade era maior (55%) que por oportunidade (42%), já a partir de 2003 a situação se inverte e o empreendedorismo por oportunidade passa a ser maior com uma certa estabilidade até 2006. A partir do ano seguinte o empreendedorismo por oportunidade volta a crescer, com consequente queda do empreendedorismo por necessidade. Contudo, em 2015 a taxa de empreendedores por oportunidade volta a cair de forma drástica para 57%, ficando próximo do que apresentou em 2007. Mas esse cenário ainda se mostra

positivo para o país, haja vista que o empreendedorismo está passando a ser mais uma opção de emprego para os indivíduos e não apenas relacionado a subsistência e ocupação.

Pode-se dizer que o empreendedorismo no Brasil tem crescido fortemente na última década, tanto por necessidade quanto por oportunidade, em que a variação desses tipos de motivação para empreender depende de vários fatores, dentre os principais: cenário econômico; nível de educação, que pode levar ao aumento do nível de inovação; cultura propensa ao empreendedorismo; políticas governamentais; e instituições fortes.

Assim, a pesquisa GEM (2016) deixa claro que o empreendedorismo por necessidade continuou crescendo mesmo tendo a retração econômica se enraizando no país a partir do ano de 2012 e isto pode indicar que tal atividade esteja reagindo independentemente do cenário econômico e de algumas variáveis estruturais que estão mudando desde a última década, onde podemos citar: elevação do nível educacional entre os empreendedores; cultura mais propensa a empreender e negócios mais simples influenciados pela criação da Lei do Micro empreendedor Individual (MEI) (GEM, 2016).

É preocupante constatar que o crescente aumento de empreendedores motivados a empreender por necessidade tenha voltado a crescer a partir de 2015 (Gráfico 3) porque isso mostra que eles empreendem por falta de opção de emprego e que, na prática, são empresas despreparadas e sem inovação. Por todas essas razões, é de vital importância concentrar maiores esforços na educação empreendedora em todos os níveis educacionais, assim como mais incentivos financeiros por parte do governo (ZUINI, 2016).

2.5 O Microempreendedor Individual – MEI

A figura do Microempreendedor Individual (MEI) foi criada no Brasil em 2009 pelo dispositivo legal LC nº 128/2008 com o intuito de trazer para a formalidade empreendimentos com faturamento e porte menor que o do Microempresa (ME). Dentre os principais benefícios para essa modalidade estão: a cobertura previdenciária para o empreendedor e sua família, emissão de nota fiscal, simplificação da formalização e redução de tributação.

O empreendedor que se formaliza como MEI, considerando o estágio atual da lei, tem um limite anual de faturamento de R\$ 81.000,00, com média mensal de R\$ 6.750,00 mensal (LC 155/2016). Este empreendedor pode ter um funcionário com carteira assinada que receba no mínimo um salário mínimo vigente ou o piso da sua categoria profissional, além disso ele não pode ter participação em outra empresa de forma social ou titular.

São cerca de 470 atividades econômicas que o empreendedor pode se formalizar, porém alguns municípios têm legislações específicas para essas atividades que podem ocasionar mudanças.

Os benefícios para o empreendedor são: a formalização simplificada, rápida e gratuita que pode ser feita pela internet; emissão de CNPJ e inscrição municipal; isenção de taxa de alvará, licença sanitária, ambiental e bombeiro; dispensa de escrituração fiscal e contábil; só é obrigatório emitir nota fiscal quando for vender para outra empresa; dispensa de vistoria prévia para atividades de baixo risco; maior acessibilidade a serviços financeiros (crédito e máquina de cartão de crédito e débito); e benefícios previdenciários. Segue abaixo um quadro com mais detalhes.

QUADRO 5 - BENEFÍCIOS COM SUAS RESPECTIVAS CARÊNCIAS PARA OS EMPREENDEDORES FORMALIZADOS COMO MEIS

Benefício	Carência mínima
Aposentadoria por idade Mulher aos 60 anos e homem aos 65	180 meses de contribuição
Aposentadoria por invalidez	12 meses de contribuição**
Auxílio-doença	12 meses de contribuição**
Salário-maternidade	10 meses de contribuição*
Pensão por morte	1 mês de contribuição **
Auxílio reclusão	1 mês de contribuição **

Fonte: Adaptado do Portal do Empreendedor (2018)

Com a formalização o MEI deve contribuir mensalmente através do Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual

(DAS). O valor do DAS se refere aos impostos fixados anualmente de acordo com o valor do salário mínimo fixado pelo Governo Federal. Tais impostos fixos são calculados de acordo com os percentuais do quadro a seguir.

QUADRO 6 - IMPOSTOS A SEREM PAGOS PELO MEI DE ACORDO COM O SEU SETOR DE ATUAÇÃO

Setor	Imposto em % a ser pago
Comércio e/ou indústria	INSS (5% do salário mínimo vigente) + ICMS R\$1,00 (um real).
Prestação de serviço	INSS (5% do salário mínimo vigente) + ISS R\$5,00 (cinco reais).
Comércio, serviço e indústria	INSS (5% do salário mínimo vigente) + ICMS R\$1,00 (um real) + ISS R\$5,00 (cinco reais).

Fonte: Adaptado do Portal do Empreendedor (2018)

Além da obrigação no pagamento da guia DAS mensal, o MEI deve declarar anualmente, até 23h59min do dia 31 de maio de cada ano, seu faturamento bruto auferido no exercício anterior e se teve empregado contratado. Essa declaração é feita através do documento chamado Declaração Anual do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI).

O processo de formalização é feito na internet através da plataforma “Portal do Empreendedor”, desenvolvida pelo Governo Federal que é de uso simples, intuitivo e fácil.

Com a criação da figura do MEI e seus diversos benefícios, alguns desafios surgiram e precisam ser solucionados. Dois dos principais desafios são a alta inadimplência no recolhimento da DAS e trabalhadores informais recebendo pelo seu trabalho valores abaixo do salário mínimo (SCHWINGEL; RIZZA 2013).

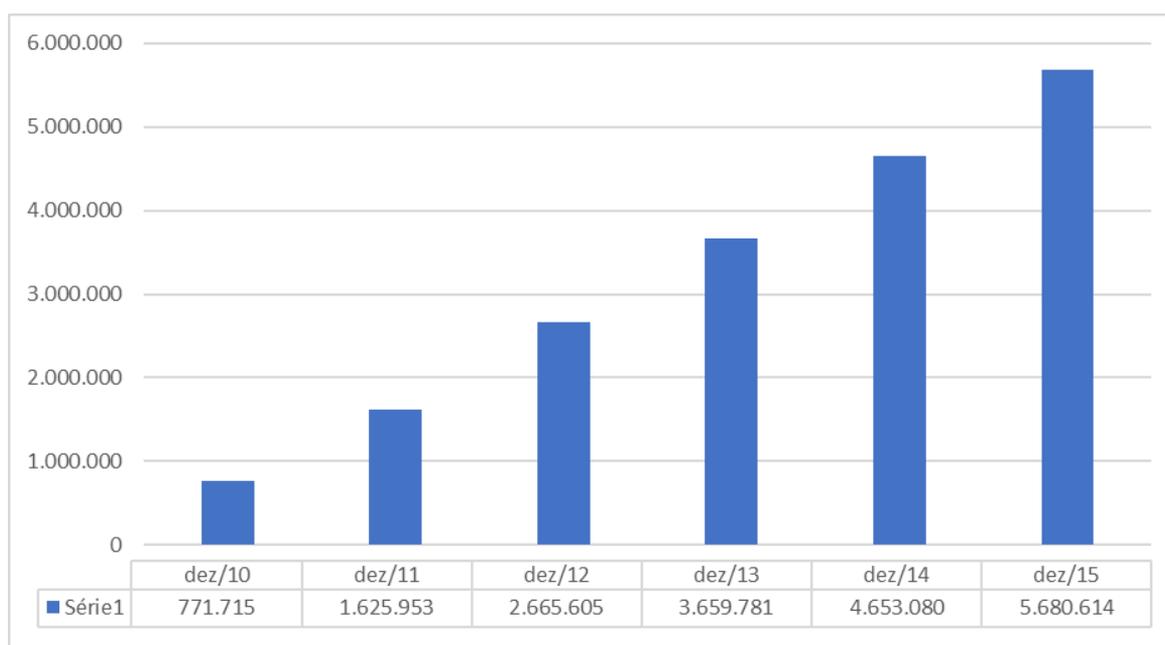
Para se ter uma referência numérica, cerca de 59% dos MEIs estavam inadimplentes com o pagamento dos impostos, em setembro de 2016, com cerca de 1 bilhão de reais sem ser recolhido: “O índice de inadimplência sempre foi alto,

mas atingiu em 2016 um patamar recorde. [...] de cada 10 microempreendedores que buscaram a formalização através do MEI, 6 não estão pagando em dia os tributos devidos” (ALVARENGA, 2016). Para tentar diminuir essa alta taxa de inadimplência no recolhimento dos impostos a atualização mais recente da lei permite colocar o pagamento da DAS no débito automático.

De 2009 a dezembro de 2015 pouco mais de 6,5 milhões de empreendedores se formalizaram, como podemos observar no gráfico 3. A partir deste trecho do trabalho, iremos apresentar dados quantitativos sobre a situação do MEI no Brasil, partindo de dados gerais até chegar às particularidades locais, que correspondem à contextualização do objetivo principal deste trabalho.

O Gráfico 4, a seguir, apresenta o total de MEIs acumulados de dezembro de 2010 a dezembro de 2015, considerando que este é o período de recorte tomado como parâmetro para esta pesquisa.

GRÁFICO 4 - TOTAL DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS ACUMULADOS - DEZEMBRO DE 2010 A DEZEMBRO DE 2015

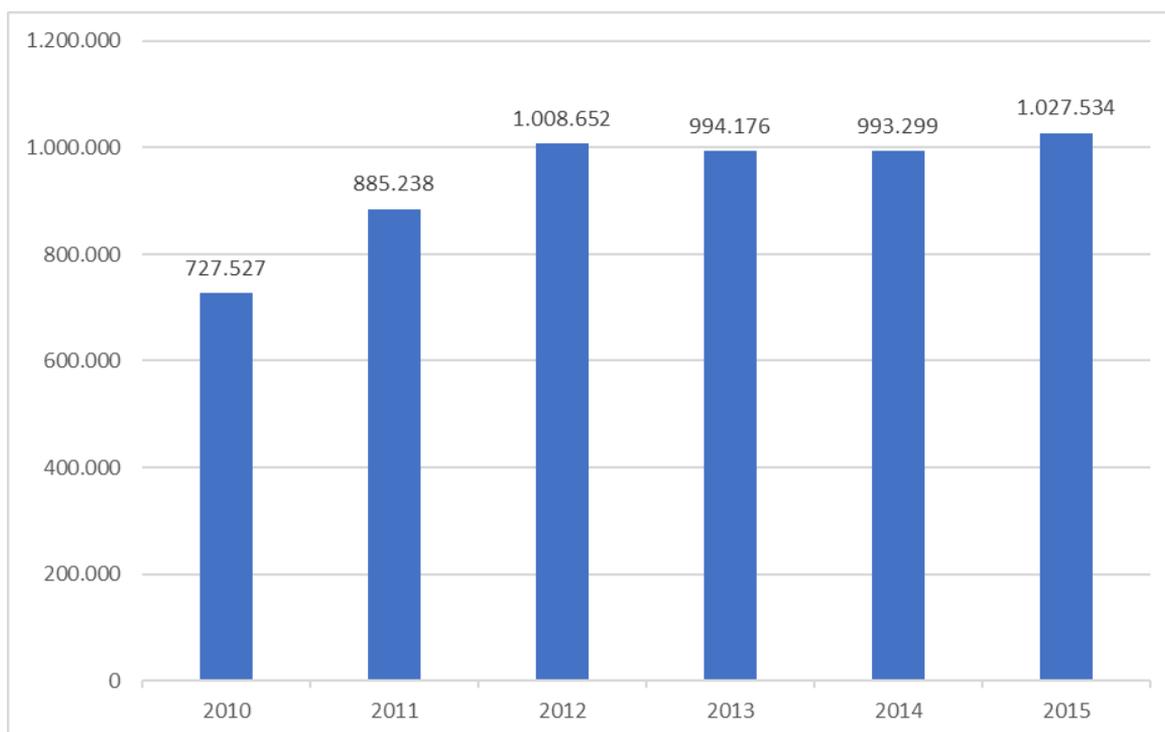


Fonte: Adaptado de SEBRAE (2016)

Neste gráfico podemos notar um crescimento linear positivo, haja vista que de 2010 a 2011 a quantidade de empreendedores formalizados como MEI mais que dobrou. Já quando comparamos 2010 a 2015 notamos um aumento exponencial de quase 5 milhões de formalizações em apenas 5 anos, uma média de quase 1 milhão por ano.

O gráfico 5, que vem a seguir, trata do saldo anual de microempreendedores individuais, considerando os novos formalizados por ano no Brasil, dentro do recorte temporal escolhido.

GRÁFICO 5 - SALDO ANUAL DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

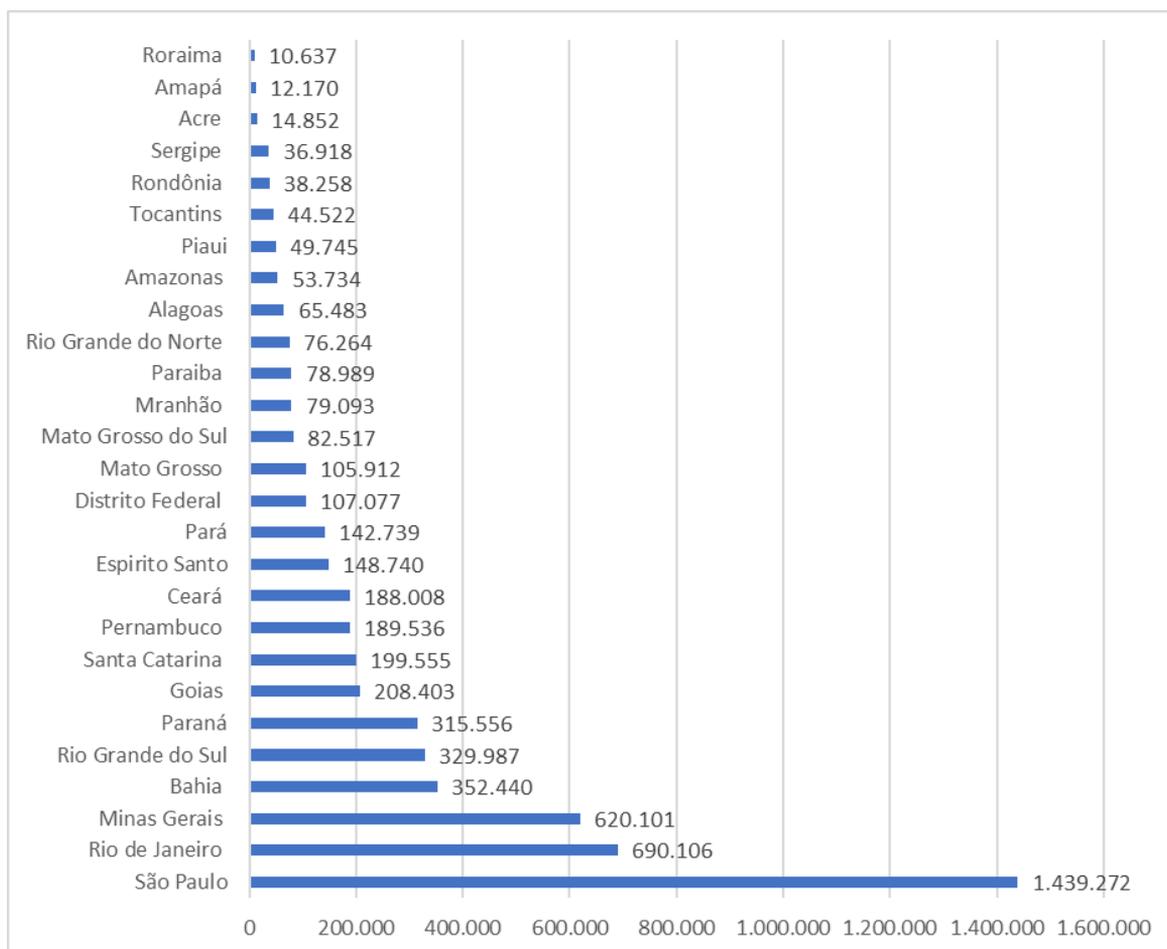


Fonte: Próprio autor a partir de dados do SEBRAE (2016)

Podemos perceber que de 2010 a 2015 o número de MEIs cresceu em média 939.404 (novecentos e trinta e nove mil quatrocentos e quatro) ao ano, sendo 2015 o ano com a maior quantidade de formalizações. Comparando com 2014, 2015 teve uma variação positiva de 3,45%. Já comparando com 2010, que foi o primeiro ano de formalização, observamos uma variação positiva de 41,24%.

O gráfico 6, a seguir, traz a quantidade de MEIs por região do Brasil, para podermos entender melhor como o Nordeste está neste quesito.

GRÁFICO 6 - NÚMERO DE MEIS POR UNIDADE FEDERATIVA ATÉ 2015



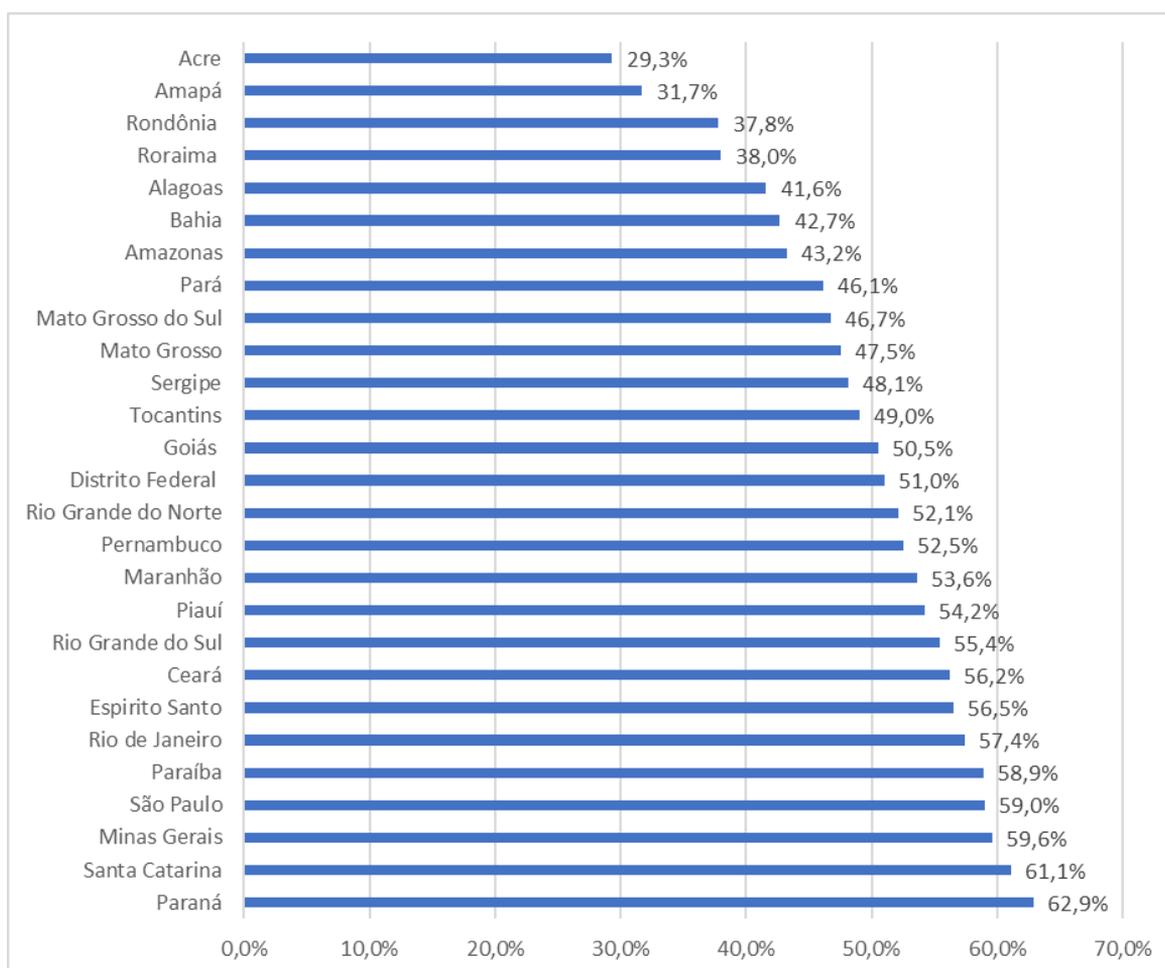
Fonte: Adaptado de SEBRAE (2016)

É fácil perceber, de acordo com o gráfico acima, que a região com maior número de MEIs no país é a Sudeste. Esta que tem São Paulo como destaque nos números como podemos observar no gráfico cinco. Além de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais também contribuem fortemente para esse cenário, tendo em vista que são os três primeiros no *ranking* nacional. Essa região contempla a metade dos MEIs do país, à frente do Nordeste, que vem em seguida, com 19,7% do total de MEIs do país.

Voltando as atenções para o Nordeste, podemos perceber que apenas o estado da Bahia está no ranking dos cinco estados com maior número de formalizados nesta atividade no Brasil. Este, também, tem quase o dobro de MEIs quando comparado a Pernambuco, que é o segundo estado do Nordeste em número de MEIs. Dentre todos os estados da região, Alagoas está à frente apenas de Sergipe e Piauí.

O gráfico 7, que vem em seguida, que trata do crescimento anual dos MEIs por estado, amplifica essa diferença de Alagoas frente aos demais.

GRÁFICO 7 - CRESCIMENTO DE MEI POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO ENTRE 2013 E 2015



Fonte: Adaptado do SEBRAE (2016)

Pode-se retirar algumas conclusões a respeito dos estados com maior e menor crescimento entre 2013 e 2015. Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo e Paraíba são os estados com as maiores taxas de crescimento. Dentro destes cinco estados observamos que os dois primeiros com maiores percentuais de crescimento fazem parte da região Sul, apesar de constarmos no gráfico anterior de ela ser a região de menor participação nacional no número de MEIs.

Por outro lado, Alagoas está abrindo a lista dos cinco estados com menor número de crescimento, seguido por Roraima, Rondônia, Amapá e Acre, sendo o único nordestino dentre 4 da região Norte do Brasil.

De acordo com o SEBRAE (2016, p. 22), “o MEI é um fenômeno nacional, estando presente em municípios de todos os portes, incluindo aqueles distantes das capitais de seus estados”. A tabela a seguir faz uma descrição ainda mais pormenorizada, identificando os 20 municípios brasileiros com maior quantidade de MEIs e a participação no total.

TABELA 1 - RANKING DOS 20 MUNICÍPIOS COM MAIOR QUANTIDADE DE MEIS EM 2015

Posição	Município	Quantidade de MEI	Participação no total
1	São Paulo-SP	421.237	7,9%
2	Rio de Janeiro-RJ	263.108	4,9%
3	Salvador-BA	113.721	2,1%
4	Belo Horizonte-MG	104.098	2,0%
5	Brasília-DF	99.691	1,9%
6	Fortaleza-CE	80.447	1,5%
7	Curitiba-PR	59.898	1,1%
8	Goiânia-GO	54.493	1,0%
9	Recife-PE	46.948	0,9%
10	Porto Alegre-RS	40.865	0,8%
11	Belém-PA	40.359	0,8%
12	Guarulhos-SP	39.564	0,7%
13	Campinas-SP	37.992	0,7%
14	São Gonçalo-RJ	35.556	0,7%
15	Duque de Caxias-RJ	34.672	0,7%
16	Campo Grande-MS	33.531	0,6%
17	Nova Iguaçu-RJ	31.593	0,6%
18	Maceió-AL	30.152	0,6%
19	Manaus-AM	29.691	0,6%
20	Contagem-MG	25.904	5,0%
TOTAL		1.623.530	30,5%

Fonte: Adaptado do SEBRAE (2016)

Segundo o SEBRAE (2015) os 20 municípios com a maior quantidade de MEIs respondem por 2.015.421 das formalizações, o que equivale a 30,3% do total de microempreendedores do país. Os cinco municípios com maior quantidade de formalizações são: São Paulo, com participação no total de 7,9%, com mais de 400 mil formalizados; Rio de Janeiro, com 4,9% do total; Salvador, com 2,1%; Belo Horizonte, com 2,0%; e Brasília, com 1,9%.

No que se refere às cidades do Nordeste, local em que esta pesquisa se desenvolve, o único município entre os com maior número de formalizações é Salvador-BA. Maceió-AL é o único município alagoano a aparecer na lista (em 18º), com 0,6% de participação.

3. METODOLOGIA

Esta seção abordará os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa. Os métodos utilizados para a coleta dos dados, a seleção da população-alvo e informações pertinentes a fim de chegar nos objetivos propostos para esta investigação científica.

3.1 Método Científico

No que diz respeito à pesquisa, Marconi e Lakatos (2003) afirmam que se trata de um procedimento formal e crítico que utiliza métodos científicos de maneira a atingir o objetivo de descobrir novas verdades e fatos sobre a realidade. Já para Demo (1985, p. 23):

Pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade. Partimos do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície. Não é o que aparenta à primeira vista. Ademais, nossos esquemas explicativos nunca esgotam a realidade, por que está é mais exuberante que aqueles.

[...] a pesquisa é um processo interminável, intrinsecamente processual. É um fenômeno de aproximações sucessivas e nunca esgotadas, não uma situação definitiva, diante da qual já não haveria o que descobrir.

A importância da pesquisa está em sua contribuição para a sociedade, independentemente de esfera que atinja mais diretamente. Neste sentido, o desenvolvimento de uma metodologia que possa descrever melhor como os resultados foram alcançados aparece como algo essencial numa investigação científica. Marconi e Lakatos (2003) afirmam que o método científico está presente em toda ciência, porém outras áreas que não são ciência usam métodos científicos para seu desenvolvimento. As autoras indicam que:

[...] método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o maior objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliado as decisões do cientista.

No que se refere à estrutura deste trabalho foi utilizado o método de abordagem dedutivo, tendo em vista que foi feito um aprofundamento conceitual no termo “empreendedorismo” partindo do global para o local. Sobre esse método científico, Marconi e Lakatos (2003, p. 92) deixam claro que “o método dedutivo tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas”.

Em se tratando do método de trabalho específico, foi utilizado o método histórico, que é característico das Ciências Sociais, tendo em conta o

levantamento histórico do empreendedorismo desde o seu surgimento até seus dias atuais. Esse estudo histórico foi importante para compreender as raízes e o desenvolvimento do empreendedorismo. Sobre esse método, Marconi e Lakatos (2003, p. 107) asseguram que:

[...] o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciada pelo contexto cultural particular de cada época.

Ainda sobre o método específico, utilizou-se também, de forma conjunta, o comparativo e o estatístico, no que diz respeito à análise de dados. Esse método foi utilizado para comparar dados estatísticos colhidos no Portal do Empreendedor, no site Alagoas em Dados e no site do IBGE. Assim, sobre o método comparativo Marconi e Lakatos (2003, p. 107) explicam que ele “permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais”. Já sobre o método estatístico elas afirma que:

[...] significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos, etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado (Ibid., p. 108).

Em se tratando do objetivo da pesquisa, esta foi construída de forma descritiva, que, conforme Gil (2002, p. 42) afirma:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.
Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo; sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde físico e mental, etc.

Ainda tratando do objetivo dessa pesquisa, esta foi desenvolvida também através do método de pesquisa exploratório onde Gil (2002, p. 41) coloca que ela “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torna-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

No que se refere ao método adotado para a análise dos dados, foi utilizado o método misto o qual Creswell (2010) afirmam que este método agrupa o método quantitativo e o qualitativo a fim de fornecer os melhores resultados com uma melhor análise dos dados coletados.

É importante ressaltar que essa pesquisa de cunho descritiva tem tamanha importância para a sociedade e o meio acadêmico/científico haja vista a

falta de outras investigações deste tema na região pesquisada, onde torna as características dos empreendedores formalizados como MEIs conhecidas.

3.2 Procedimentos Técnicos

Com base nos procedimentos técnicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado levantamento bibliográfico de maneira a ter um aprofundamento histórico e conceitual sobre o empreendedorismo. Sobre essa técnica Gil (2002, p. 44) expõe que ela “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituindo principalmente de livros e artigos científicos”.

Os conceitos ligados ao empreendedorismo foram pesquisados e estudados através de livros com autores que são referências na área, casos de Fernando Dolabela (2012), José Carlos Dornelas (2008) e Marcio Pochman (2015). Como vimos, ao tratar do empreendedorismo no Brasil foram levantadas informações em pesquisas mundiais de empreendedorismo, como a *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), que faz avaliações anuais de empreendedorismo por país; assim como, pesquisas nacionais feitas pelo Sebrae. Artigos, monografias e teses também foram utilizadas, como exemplo cito um estudo feito em Santa Catarina onde os autores realizaram uma análise do perfil do microempreendedor deste estado comparando com o cenário nacional (BEHLING et. al., 2015).

O período escolhido para a pesquisa de dados gerais, 2010 a 2015, foi devido à dificuldade em levantar dados secundário dentro do período que abrangesse os anos mais atuais para correlacionar com outras variáveis socioeconômicas como também para que pudesse ter uma análise mais longitudinal e consistente ao longo do período. Outro ponto importante é quanto a pesquisa específica, os resultados, onde focamos apenas no ano de 2015 e não no período descrito no levantamento bibliográfico tendo em vista a especificação no tema.

4. O PERFIL DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NO SERTÃO ALAGOANO

Esta seção descreverá a partir da metodologia de coleta de dados apresentada anteriormente o perfil do microempreendedor individual no Sertão alagoano. De início, será contextualizado e apresentado como é composta a mesorregião do Sertão de Alagoas. Logo em seguida, são apresentados todos os detalhes a respeito dos MEIs da região, expostos através de dados e análises quantitativas.

4.1 Apresentação da Mesorregião do Sertão De Alagoas

Optou-se neste trabalho por apresentar como, em termos de espacialidade geográfica, o território alagoano está dividido. A partir desta separação os 102 municípios alagoanos podem ser melhores analisados, pois as divisões e subdivisões agrupam características climáticas e socioeconômicas muito importantes.

Assim, antes de continuar, é importante o alinhamento conceitual do que é mesorregião. De acordo com o IBGE (1990, p. 8):

Entende-se por mesorregião uma área individualizada em uma unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definida pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que ai se formou.

Em Alagoas podemos perceber, como mostra a figura 3, que existem 3 mesorregiões: Agreste, Leste e Sertão. Desta feita, utilizaremos a mesorregião do Sertão alagoano como foco dessa pesquisa, até mesmo por produzimos este TCC numa instituição de ensino aí localizada.

A região aqui apresentada (em rosa claro na Figura 2) é formada por 26 municípios: Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, Piranhas, Olho D'Água das Flores, Pão de Açúcar, Major Isidoro, Batalha, São José da Tapera, Ouro Branco, Mata Grande, Água Branca, Inhapi, Maravilha, Olho D'Água do Casado, Dois Riachos, Belo Monte, Olivença, Monteirópolis, Pariconha, Poço das Trincheiras, Senador Rui Palmeiras, Canapi, Carneiros, Palestina, Jaramataia e Jacaré dos Homens.

A tabela 2, apresentada a seguir, indica dados estatísticos colhidos no portal do IBGE (2018) referentes à população, a partir do Censo de 2010, como também o PIB per capita de 2015 dos municípios que compõem a mesorregião do Sertão de Alagoas.

TABELA 2 - POPULAÇÃO E PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SERTÃO DE ALAGOAS

Municípios	População estimada (2018)	PIB per capita (2015)
Delmiro Gouveia	51763	R\$ 9.330,46
Santana do Ipanema	47486	R\$ 9.986,65
São José da Tapera	32111	R\$ 6.082,63
Mata Grande	25226	R\$ 6.540,70
Piranhas	24891	R\$ 7.205,20
Pão de Açúcar	24446	R\$ 6.467,15
Olho D'Água das Flores	21437	R\$ 8.922,89
Água Branca	20162	R\$ 5.681,26
Major Isidoro	19891	R\$ 7.824,05
Batalha	18455	R\$ 7.953,53
Inhapi	18387	R\$ 5.568,86
Canapi	17726	R\$ 4.886,68
Poço das Trincheiras	14354	R\$ 5.447,62
Senador Rui Palmeira	13818	R\$ 5.521,81
Olivença	11591	R\$ 5.724,49
Ouro Branco	11456	R\$ 5.770,66
Dois Riachos	11054	R\$ 5.956,03
Pariconha	10527	R\$ 5.941,05
Maravilha	9326	R\$ 7.100,58
Olho D'Água do Casado	9303	R\$ 5.885,65
Carneiros	9000	R\$ 5.628,28
Monteirópolis	7153	R\$ 6.635,85

Continua

		Conclusão
Belo Monte	6696	R\$ 10.440,92
Jaramataia	5597	R\$ 7.702,90
Jacaré dos Homens	5288	R\$ 8.298,00
Palestina	4985	R\$ 6.152,33

Fonte: Próprio autor a partir de dados do IBGE (2018)

Observando a Tabela 2, no que se refere ao tamanho populacional estimado para 2018, podemos notar que Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, São José da Tapera, Mata Grande e Piranhas são os cinco municípios com estimativas maiores de crescimento populacional. Uma observação importante é que Delmiro Gouveia, que está no topo da lista, tem um pouco mais que o dobro da população de Piranhas que está em quinto. A diferença é de sete a 9 vezes mais quando comparado aos municípios com menos habitantes: Monteirópolis, Belo Monte, Jaramataia, Jacaré dos Homens e Palestina. Esse dado é essencial para estabelecermos o percentual de microempreendedores em cada município.

Quando analisamos os dados do ponto de vista do PIB per capita, que é o Produto Interno do Bruto de um município dividido pela quantidade de moradores, notamos algumas discrepâncias que chamam atenção. Uma delas é que Belo Monte, um município com uma população estimada pequena (6696) quando comparado com os demais da mesorregião, tem um PIB per capita acima dos 10 mil reais, uma situação que não vemos em nenhum outro município. Além deste município, Santana do Ipanema e Delmiro Gouveia estão com o PIB per capita na casa dos 9 mil reais. Logo em seguida, na casa dos 8 mil reais vem Olho D'água das Flores e Jacaré dos Homens. Todavia, os cinco municípios com menores PIB per capita são: Carneiros, Inhapi, Senador Rui Palmeira, Poço das Trincheiras e Canapi.

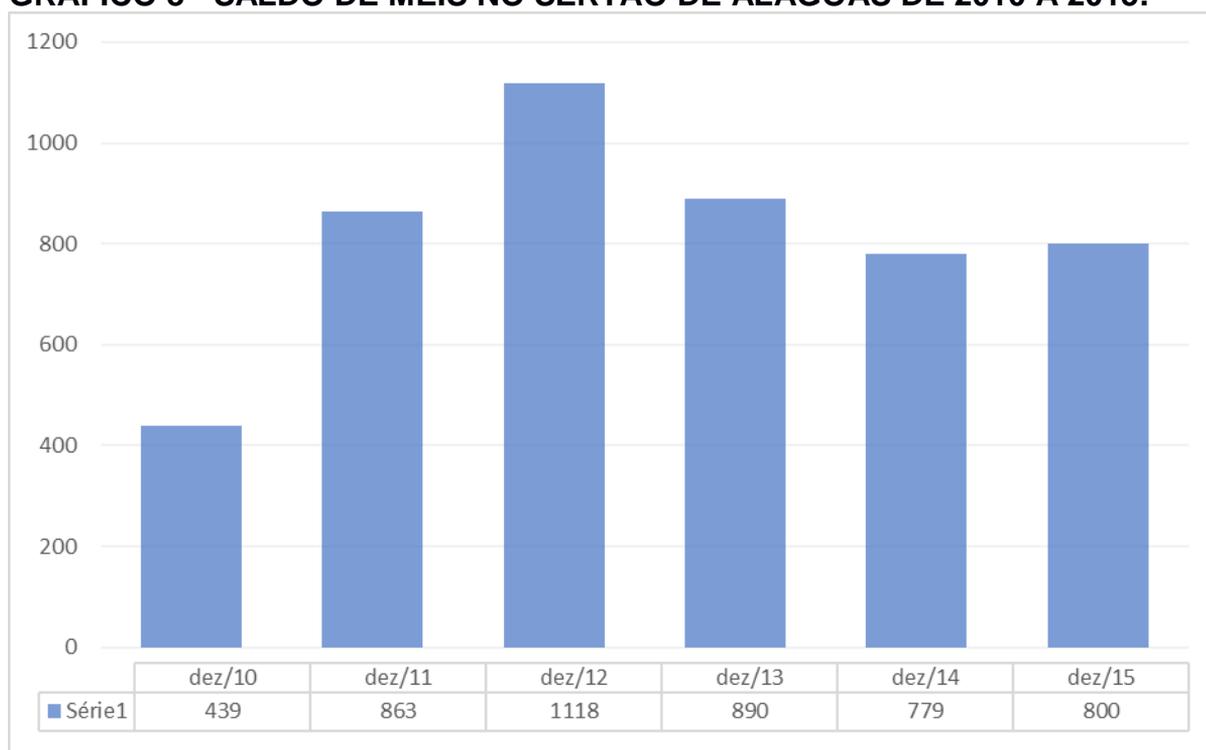
Esse dado também é importante por indicar, ainda que não considere as possibilidades de concentração de desigualdade de renda, as possibilidades de investimento a partir do empreendedorismo.

4.2 O MEI no Sertão de Alagoas

Como visto neste trabalho, o início da formalização do MEI aconteceu em julho de 2009. A partir desse momento, acontece a busca por parte desses pequenos empreendedores pela formalização. Através dos dados estatísticos do Portal do Microempreendedor Individual* que considera o período histórico de 2010 a 2015, buscou-se identificar o perfil do Microempreendedor Individual da mesorregião do Sertão alagoano.

No gráfico 8 podemos observar o saldo anual, quantidade de empreendedores formalizados versus a quantidade que encerraram as atividades, dos MEIs no Sertão de Alagoas no período em análise.

GRÁFICO 8 - SALDO DE MEIS NO SERTÃO DE ALAGOAS DE 2010 A 2015.



Fonte: Próprio autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018)

De 2010 a 2015, o saldo na quantidade de Microempreendedores individuais formalizados teve uma média de crescimento de 789 ao ano. O ano de

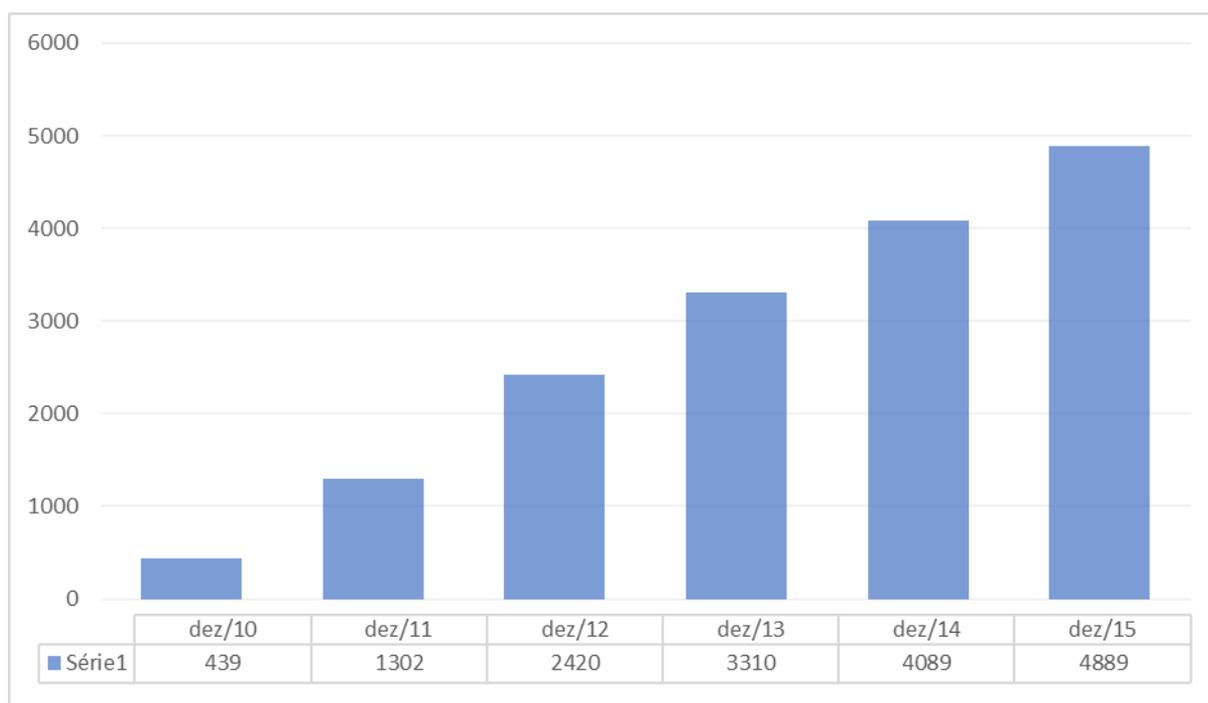
* <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>

2012 foi o ano de maior saldo registrado, 1118. Comparado a 2011, aquele teve um crescimento de 29,55%. Já o ano com menor crescimento foi o de 2010, no início da aplicação da lei do MEI, com apenas 439 formalizações, representando 8,98% do total.

Ainda sobre o gráfico 8, de 2010 a 2015, o número de formalizações teve um crescimento de 82,23%, quando comparado às estatísticas nacionais, 41,24% de crescimento no mesmo período, observamos assim que o Sertão de Alagoas teve, praticamente, o dobro do crescimento da média nacional.

O Gráfico 9, a seguir, apresenta informações estatísticas importantes a respeito do total de empreendedores formalizados como MEIs nos municípios do Sertão de Alagoas no período de 2010 a 2015.

GRÁFICO 9 - CRESCIMENTO ACUMULADO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS ENTRE DEZEMBRO DE 2010 A DEZEMBRO DE 2015



Fonte: Próprio autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018)

Pode-se perceber um crescimento linear bastante significativo entre todos os anos, sobretudo, 2010 e 2011, que se destacam por serem os primeiros anos de aplicação da formalização do MEI, com uma variação positiva de 196,58%, o que representou 863 formalizados. Posteriormente, de 2011 a 2012 observamos um

crescimento positivo menor, porém não deixando de ser um número expressivo: 85,87%. Os demais anos também seguem com uma variação positiva, mas cada vez menor: 36,78%, 23,53% e 19,56%, respectivamente.

Quando comparado ao cenário nacional, gráfico 4, podemos perceber uma tendência de decréscimo geral ao longo dos anos. Essa tendência pode ser causada pelo fato de que no início há muitos empreendedores já atuando na informalidade e com o passar do tempo apenas empreendedores que estão iniciando se formalizam.

A seguir, a tabela 3 apresenta um cruzamento estatístico feito tomando como base a quantidade de MEIs no ano de 2015 e a estimativa do IBGE para a população em 2018, a fim de extrair o percentual da população MEIs nos municípios do Sertão de Alagoas, tendo em vista a maior proximidade temporal entre os dados.

TABELA 3 - PORCENTAGEM DE MEIS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM 2015.

Municípios	Quantida de MEIs (2015)	% populacional de MEIs
Olho D'Água das Flores	434	2,02%
Delmiro Gouveia	1047	2,02%
Piranhas	442	1,78%
Santana do Ipanema	723	1,52%
Ouro Branco	144	1,26%
Pão de Açúcar	277	1,13%
Palestina	53	1,06%
Batalha	195	1,06%
Maravilha	96	1,03%
Major Isidoro	201	1,01%
Olho D'Água do Casado	93	1,00%
Monteirópolis	68	0,95%
Dois Riachos	103	0,93%
Jacará dos Homens	49	0,93%
Belo Monte	52	0,78%
Pariconha	74	0,70%
Oliveira	72	0,62%
São José da Tapera	195	0,61%
Água Branca	106	0,53%
Mata Grande	128	0,51%
Carneiros	45	0,50%
Poço das Trincheiras	71	0,49%

Continua

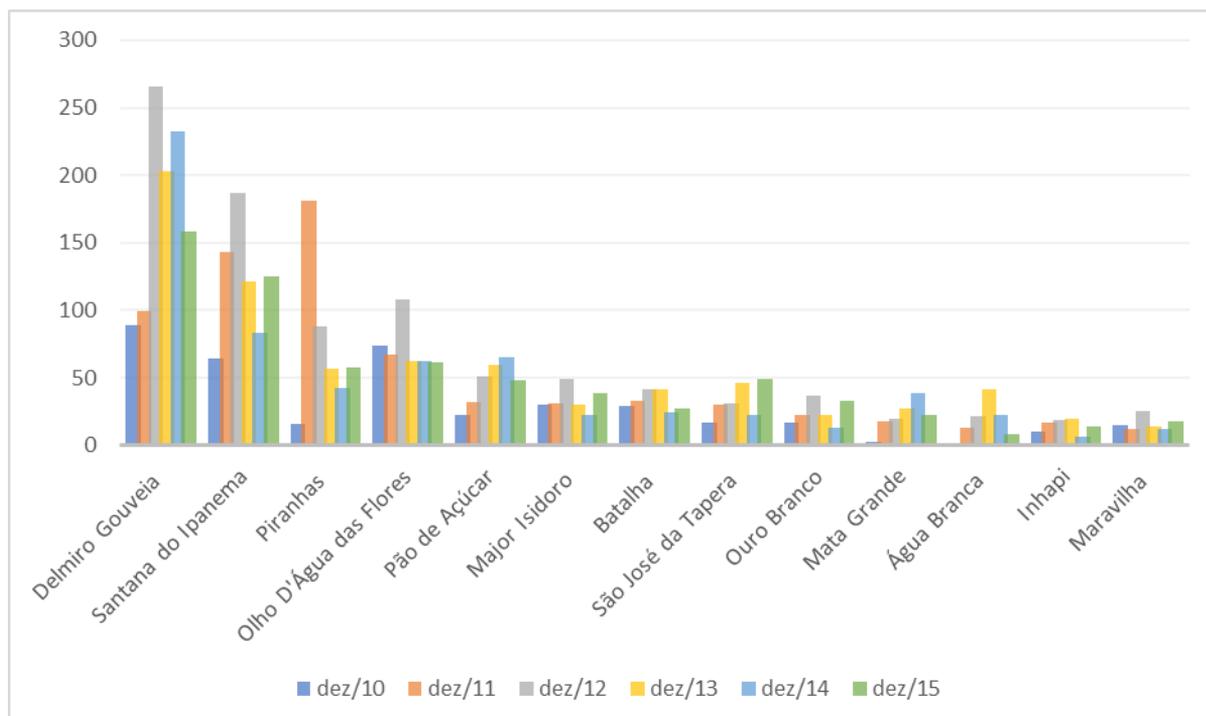
		Conclusão
Inhapi	86	0,47%
Jaramataia	26	0,46%
Senador Rui Palmeira	64	0,46%
Canapi	45	0,25%

Fonte: Própria autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018)

Desta feita, pode-se perceber que apenas 2 municípios estão na casa dos 2%, Olho D'água das Flores e Delmiro Gouveia, onde podemos concluir que são os municípios mais empreendedores do Sertão de Alagoas. Logo em seguida os municípios de Piranhas (1,78%), Santana do Ipanema (1,5%) e Ouro Branco (1,26%) fecham a lista dos 5 primeiros. Já entre os municípios com as piores porcentagens de empreendedorismo estão Poço das Trincheiras (0,49%); Inhapi (0,46%); Jaramataia (0,46%); Senador Rui Palmeira (0,46%); e Canapi (0,25%).

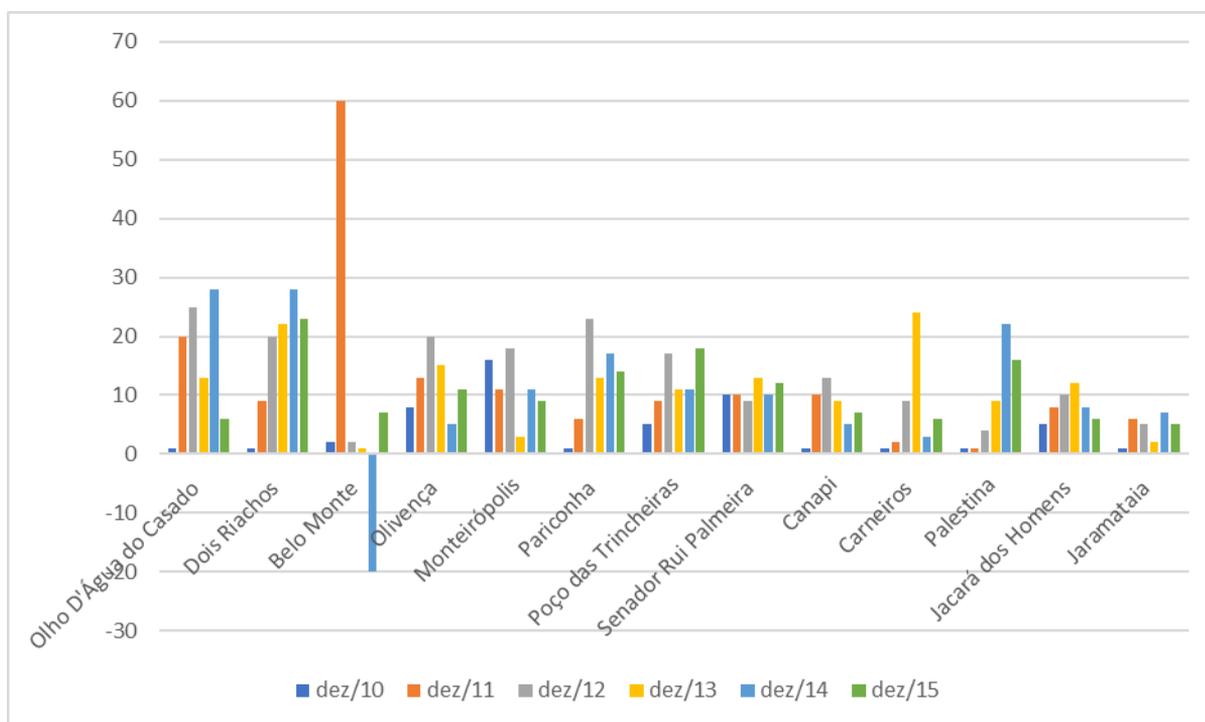
Ainda nesta perspectiva o gráfico 10 ajudara ao apresentar a variação no crescimento do número de MEIs por município ao logo dos anos de 2010 a 2015.

GRÁFICO 10 - VARIAÇÃO DO SALDO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS ENTRE DEZEMBRO DE 2010 E DEZEMBRO DE 2015 – PARTE 1.



Fonte: Próprio autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018)

GRÁFICO 11 - VARIAÇÃO DO SALDO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS ENTRE DEZEMBRO DE 2010 E DEZEMBRO DE 2015 – PARTE 2.



Fonte: Próprio autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018)

Analisando a variação nos seis anos indicados, pode-se verificar algumas oscilações de alguns municípios que diferem do comum quando comparado às mudanças nos demais.

Delmiro Gouveia, município com maior quantidade de formalizações, tem seu pico em 2012, com 266 formalizados. Um número bem elevado quando comparado aos anos de 2010 com 89 e 2011 com 99. Santana do Ipanema, segundo município em quantidade de MEIs, teve também seu pico de formalizações em 2012, com 187 empreendedores formalizados. O número é significativo, mas não tanto quanto Delmiro Gouveia, pois já vinha num crescimento bom nos dois anos anteriores, com 64 MEIs em 2010 e 143 em 2011. Piranhas, diferentemente de Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema, teve seu pico de formalizações em 2011 com 181 empreendedores formalizados como MEIs, sobretudo quando comparado ao ano anterior, que teve apenas 16 formalizações, é um excelente crescimento.

Os municípios com piores desempenhos em formalizações em nenhum dos anos passou da casa dos 100 MEIs. Palestina, antepenúltimo município, teve no ano de 2014 seu maior número de formalizações 22, já 2010 e 2011 teve apenas 1.

Jacaré dos Homens, penúltimo município, teve um crescimento quase linear até 2013, ano de maiores números de formalizações, com 12 empreendedores formalizados, em 2010, 2011 e 2012 foram 5, 8 e 12 formalizações, respectivamente. Jaramataia, último município, teve 7 empreendedores formalizados em 2014 sendo, assim, o ano de maior número de formalizações. Em 2010 apresentou apenas 1 formalização, já em 2013 foram 2.

Um fato que chama a atenção, tendo em vista que nenhuma outra cidade teve o mesmo cenário, é que o município de Belo Monte registrou números negativos de em 2014, com o saldo de 20 MEIs a menos que o registrado no ano anterior, voltando a números positivos no ano seguinte, 7. O município teve em 2011 o ano com maior número de formalizações, 60.

Para descrever ainda melhor essa variação, a tabela 4 apresenta a distribuição de Microempreendedores Individuais e seu crescimento acumulado de dezembro de 2010 a dezembro de 2015 por município.

TABELA 4 - CRESCIMENTO ACUMULADO DE MICROEMPREENDEDORES ENTRE DEZEMBRO DE 2010 A DEZEMBRO DE 2015.

Municípios	dez/ 10	dez/ 11	dez/ 12	dez/ 13	dez/ 14	dez/ 15	Participa ção em dez/15	Crescimento acumulado de dez/11- dez/15
Delmiro Gouveia	89	188	454	657	889	1047	21,42%	1076%
Santana do Ipanema	64	207	394	515	598	723	14,79%	1030%
Piranhas	16	197	285	342	384	442	9,04%	2663%
Olho D'Água das Flores	74	141	249	311	373	434	8,88%	486%
Pão de Açúcar	22	54	105	164	229	277	5,67%	1159%
Major Isidoro	30	61	110	140	162	201	4,11%	570%
Batalha	29	62	103	144	168	195	3,99%	572%
São José da Tapera	17	47	78	124	146	195	3,99%	1047%
Ouro Branco	17	39	76	98	111	144	2,95%	747%
Mata Grande	2	20	40	67	106	128	2,62%	6300%
Água Branca	1	14	35	76	98	106	2,17%	10500%

Continua

								Conclusão
Inhapi	10	27	46	66	72	86	1,76%	760%
Maravilha	15	27	52	66	78	96	1,96%	540%
Olho D'Água do Casado	1	21	46	59	87	93	1,90%	9200%
Dois Riachos	1	10	30	52	80	103	2,11%	10200%
Belo Monte	2	62	64	65	45	52	1,06%	2500%
Oliveira	8	21	41	56	61	72	1,47%	800%
Monteirópolis	16	27	45	48	59	68	1,39%	325%
Pariconha	1	7	30	43	60	74	1,51%	7300%
Poço das Trincheiras	5	14	31	42	53	71	1,45%	1320%
Senador Rui Palmeira	10	20	29	42	52	64	1,31%	540%
Canapi	1	11	24	33	38	45	0,92%	4400%
Carneiros	1	3	12	36	39	45	0,92%	4400%
Palestina	1	2	6	15	37	53	1,08%	5200%
Jacaré dos Homens	5	13	23	35	43	49	1,00%	880%
Jaramataia	1	7	12	14	21	26	0,53%	2500%
Total	439	1302	2420	3310	4089	4889	100,00%	1014%

Fonte: Próprio autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018)

A partir desses dados, pode-se observar que os cinco municípios com maiores números de empreendedores são: Delmiro Gouveia, com 1.158; Santana do Ipanema, com 827; Piranhas e Olho D'Água das Flores, com 467; e Pão de Açúcar, com 307. Assim, esses cinco correspondem a mais da metade dos MEIs do Sertão, representando 58,44%.

Os cinco municípios que apresentaram maior crescimento de 2010 a 2016 são: Palestina, com 2650%; Carneiros, com 2100%; Pariconha, com 1029%; Dois Riachos, com 1010%; e Água Branca, com 814%. Neste cenário um município teve números negativos, Belo Monte, que caiu 11%. Já as cidades com menores percentuais de crescimento são: Piranhas, com 137%; Monteirópolis, com 178%; Olho D'água das Flores, com 231%; e Batalha, com 232%.

Vale ressaltar que, apesar dos apontamentos acerca das cidades com menores números de crescimento, elas não ressaltam números ruins, mas sim satisfatórios números acima da casa dos 100% durante todo o período analisado. A única cidade fora desse patamar, como falamos anteriormente e observamos nos últimos gráficos, é Belo Monte que teve número de crescimento negativo em 2014.

A seguir traremos os dados referentes à participação do número de Microempreendedores Individuais na população ocupada. Porém, antes de continuar, é importante alinhar o conceito de População Economicamente Ativa (PEA). De acordo com o IBGE (2018), a PEA “é composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa”.

Assim, representa-se na tabela 5 os dados da participação do MEI na parte da população ocupada nos municípios da mesorregião do Sertão de Alagoas para ter uma ideia da representatividade que foi possibilitada por esse tipo de formalização.

TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL POR CIDADE NA POPULAÇÃO OCUPADA EM 2015.

Municípios	Número de MEIs em dezembro 2015	Percentual da população ocupada	Participação do MEI na população ocupada 2015
Delmiro Gouveia	1158	10%	22,36%
Santana do Ipanema	827	10,7%	16,11%
Piranhas	467	5,9%	31,94%
Olho D'Água das Flores	467	9,5%	22,70%
Pão de Açúcar	307	5,8%	21,19%
Major Isidoro	215	5,8%	18,50%
Batalha	206	8,8%	12,65%
São José da Tapera	244	6,8%	11,13%
Ouro Branco	169	4,4%	33,01%
Mata Grande	172	3,3%	20,62%
Água Branca	128	6,2%	10,04%
Inhapi	136	3,6%	19,48%
Maravilha	109	4,7%	23,80%
Olho D'Água do Casado	101	5,9%	18,30%
Dois Riachos	111	5,4%	18,32%
Belo Monte	55	4,6%	17,57%
Olivença	82	5,5%	12,79%
Monteirópolis	75	6,8%	15,31%
Pariconha	79	5,1%	14,52%
Poço das Trincheiras	75	5,2%	9,87%

Continua

			Conclusão
Senador Rui Palmeira	69	4,9%	10,12%
Canapi	67	3,7%	9,60%
Carneiros	66	2,1%	13,36%
Palestina	55	6,3%	17,41%
Jacaré dos Homens	50	5,4%	17,18%
Jaramataia	30	7,9%	6,67%

Fonte: Próprio autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018).

Fazendo uma análise dos dados gerados, podemos evidenciar que os cinco municípios com maior participação de Microempreendedores Individuais na população ocupada são: Ouro Branco, com 33,10%; Piranhas, com 31,94%; Olho D'Água das Flores, com 22,70%; Delmiro Gouveia, com 22,36%; e Pão de Açúcar, com 21,19%. Todavia, os cinco municípios com menor participação são: Senador Rui Palmeira, com 10,12%; Água Branca, com 10,04%; Poço das Trincheiras, com 9,87%; Canapi com 9,60% e Jaramataia com 6,67%.

Diante das variáveis expostas anteriormente podemos perceber que os municípios de Santana do Ipanema, Delmiro Gouveia e Olho D'Água das Flores aparecem sempre entre os primeiros, exceto na variável de crescimento acumulado ao longo dos anos. Já os municípios que estão sempre com os piores números são Senador Rui Palmeira, Poço das Trincheiras e Canapi.

Um fato importante constatado é que os municípios de maior população e PIB per capita têm as maiores quantidades de MEIs, caso de Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema e Olho D'Águas das Flores. Já alguns outros municípios sem tamanha grandeza populacional e de PIB per capita mais baixo estão com as maiores taxas de crescimento percentual ao longo dos anos, é o caso de Palestina, Carneiros e Pariconha.

4.3 Distribuição dos MEIs do Sertão por Grandes Setores

Neste tópico abordaremos como os Microempreendedores Individuais estão distribuídos dentro dos setores da economia. Antes de prosseguir, com a apresentação do levantamento referente aos dados dos MEIs do Sertão, é importante apresentar a definição de cada setor.

Conforme indicado por Santos (2008), o setor primário é caracterizado pelas atividades que arrebatam produtos da natureza para serem comercializados pelas empresas do setor terciário e para a produção industrial no setor secundário. Algumas atividades principais deste setor são: a agricultura, a pesca, a mineração e a silvicultura.

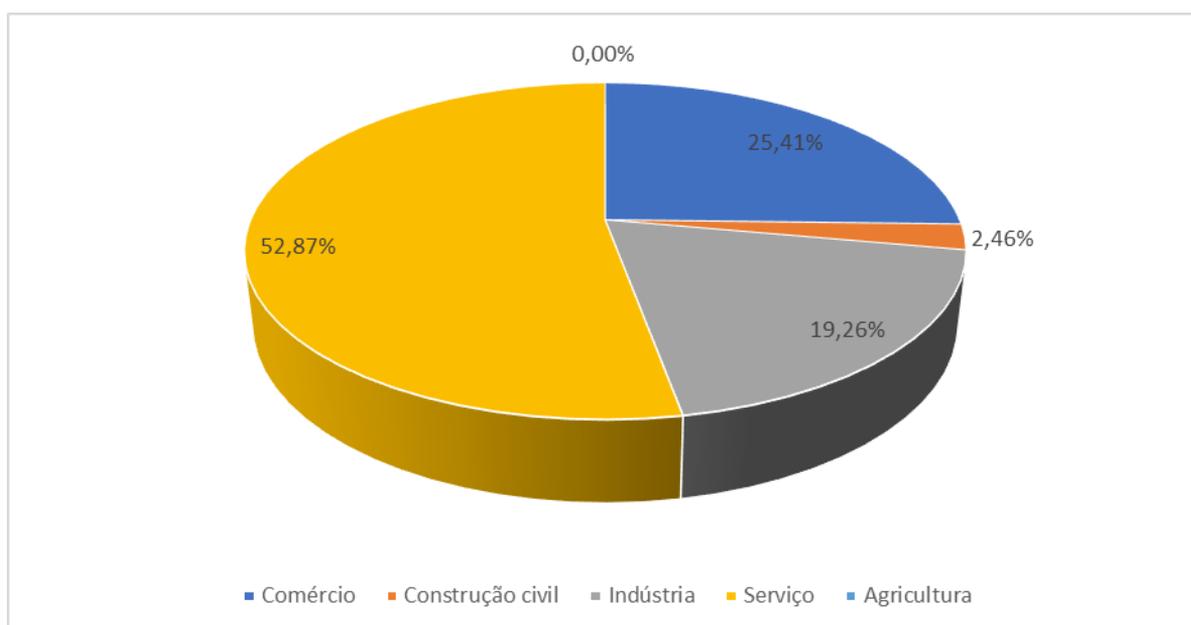
O setor secundário é caracterizado pela produção industrial, que transforma a produção do setor secundário em novos produtos a serem comercializados pelo setor terciário. As indústrias e a construção civil fazem parte desse setor.

O setor terciário, não menos importante, como veremos nas estatísticas a seguir, caracteriza-se pela comercialização dos produtos dos dois setores anteriores como também pela prestação de serviços.

O comércio é essencialmente troca, troca econômica, compra e venda de bens, serviços e/ou valores por outros bens, serviços e/ou valores, intermediada hoje em dia, em sua quase totalidade, pela moeda ou documento que a represente.

No gráfico 12 a seguir, exploramos os setores com maiores percentuais de Microempreendedores Individuais no Sertão Alagoano.

GRÁFICO 12 - MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DIVIDIDOS POR GRANDES SETORES EM 2015.



Fonte: Próprio autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018)

O setor que tem mais MEIs no Sertão alagoano é o de serviços, com 52,87%; seguido por comércio, com 25,41%; indústria, com 19,26%; e construção civil, com 2,46%.

Chama atenção que o setor de maior destaque dos microempreendedores individuais é o de serviços, maior que os de comércio e industrial juntos, os quais representam o segundo e terceiro maiores setores, respectivamente. Outro caso que chama atenção é o de agricultura, por não ter nenhuma formalização. Deixo aqui três hipóteses para pesquisas futuras no que se refere a não formalização de empreendedores do setor agrícola, que pode ter como causa a falta de informação como também a queda na produção agrícola, tendo em vista o êxodo rural que pode ser causado pelos longos tempos de estiagem e a falta de incentivos por parte do governo através de políticas públicas para fomentar tal setor.

Na tabela 6 temos listadas as vinte atividades mais abrangentes entre os microempreendedores individuais do Sertão alagoano em 2015.

TABELA 6 - AS VINTE ATIVIDADES MAIS ABRANGENTES ENTRE OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS EM 2015.

CNAE	Descrição	Setor	Nº de MEIs	Participação no Total
4781400	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Comércio	625	11,87%
4712100	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	Comércio	513	9,74%
5611203	Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares	Serviços	233	4,42%
9602501	Cabeleireiro	Serviços	221	4,20%

Continua

					Continuação
4723700	Comércio varejista de bebidas	Comércio	207	3,93%	
4772500	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	Comércio	167	3,17%	
4755502	Comércio varejista de artigos de armarinho	Comércio	110	2,09%	
5611201	Restaurantes e similares	Serviços	110	2,09%	
4729699	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	Comércio	110	2,09%	
4744099	Comércio varejista de materiais de construção em geral	Comércio	103	1,96%	
4541205	Comércio e varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	Comércio	103	1,96%	
4923001	Serviço de táxi	Serviços	101	1,92%	
4724500	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	Comércio	100	1,90%	
5611202	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	Serviços	93	1,77%	
4929901	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	Serviços	79	1,50%	

 Continua

				Conclusão
4789099	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	Comércio	72	1,37%
5612100	Serviços ambulantes de alimentação	Serviços	67	1,27%
4924800	Transporte escolar	Serviços	64	1,22%
5620104	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	Serviços	58	1,10%
4399103	Obras de alvenaria	Construção civil	58	1,10%

Fonte: Próprio autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018)

Como se pode ver, dentre as principais atividades desempenhadas pelos MEIs no Sertão, dez são atividades de comércio, nove são de serviço e uma é de construção civil. Assim, as cinco atividades mais frequentes são: comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, com 625 MEIs (11,87%); comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns –, com 1026 MEIs (9,74%); lanchonete, casas de chá, de suco e similares, com 466 MEIs (4,42%); cabeleireiro, com 448 MEIs (4,20%); e comércio varejista de bebidas, com 414 MEIs (3,93%).

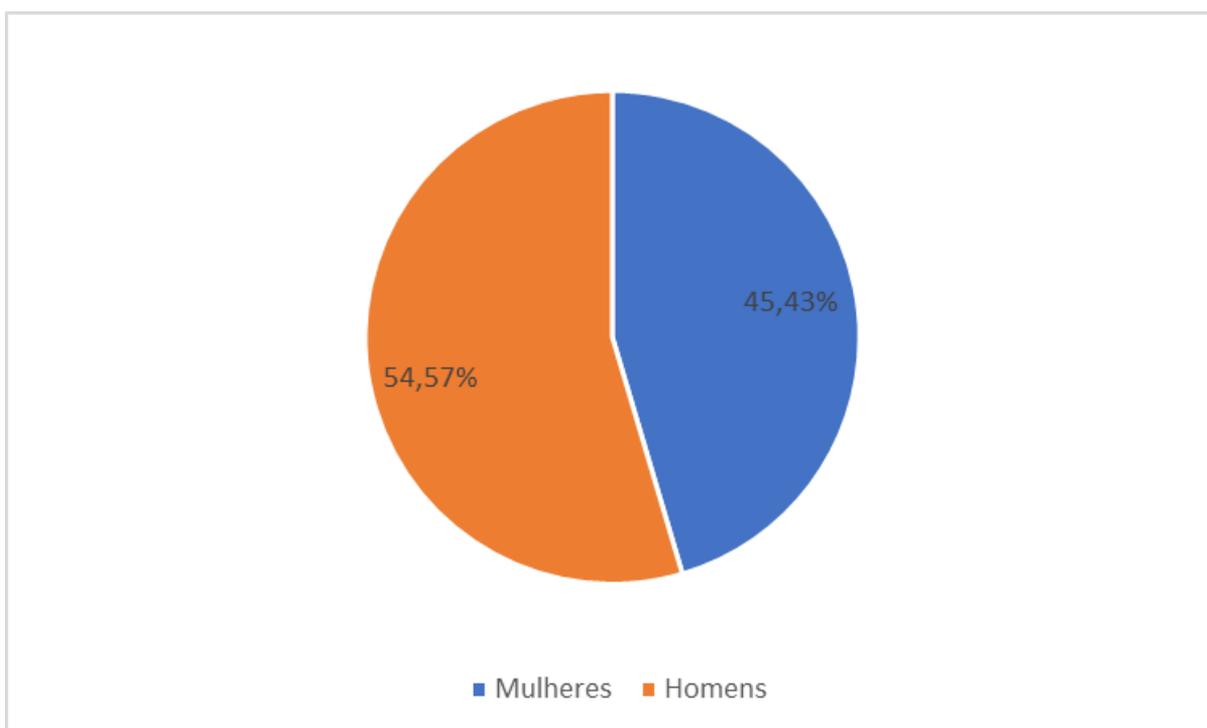
4.4 O Perfil dos MEIs do Sertão de Alagoas

Neste tópico será dada ênfase às principais características dos Microempreendedores Individual que estavam formalizados no Sertão de Alagoas em 2015, considerando como elementos: gênero, setor de atuação e faixa etária.

4.4.1 Gênero

Para iniciar, trazemos as informações relativas ao gênero registrado dos microempreendedores na mesorregião. O gráfico 13 apresenta essas informações.

GRÁFICO 13 - DISTRIBUIÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL POR GÊNERO EM 2015.



Fonte: Próprio autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018)

Observando o gráfico 13 podemos notar que do total de microempreendedores individuais do Sertão de Alagoas 45,57% são do sexo feminino e 54,74% são do sexo masculino, uma diferença percentual de quase 10%.

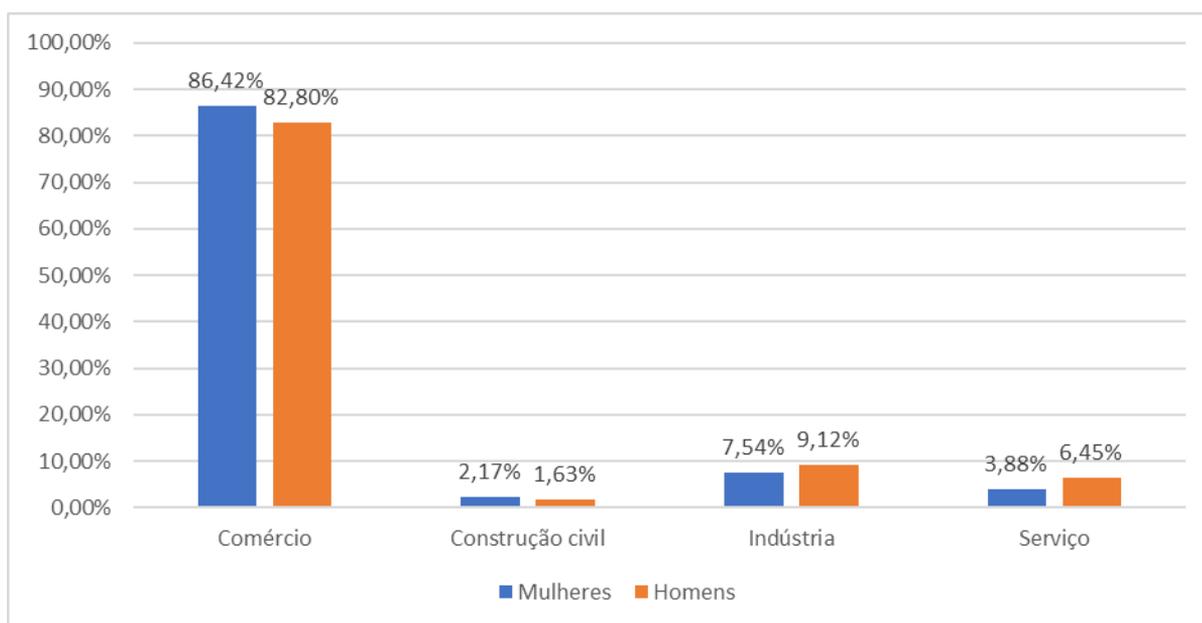
No que tange às dificuldades enfrentadas pelas mulheres para empreender, Machado, Gazola e Anez (2013, p. 181-182) afirmam que:

[...] falta de apoio de familiares, de experiência, de tempo, de treinamento e de experiência em gestão empresarial, bem como pouco acesso a redes de informação. Outros empecilhos são comuns na vida das mulheres que pretendem tornar-se empreendedoras: a falta de capital de giro e de ativos próprios e o reduzido acesso a financiamentos. Dificuldades associadas à cultura também foram identificadas, principalmente nas culturas em que predomina a visão da mulher como dócil, frágil e desprovida de capacidade

de atuar em uma sociedade comercial. Outro fator que impede a criação do próprio negócio é encontrar equilíbrio entre o trabalho e a família.

Em termos de grandes setores, podemos observar a distribuição por sexo no gráfico 14, onde verificamos certo equilíbrio.

GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS POR GÊNERO DENTRO DOS SETORES EM 2015.



Fonte: Próprio autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018)

A participação das mulheres e dos homens nos setores têm uma variação pequena entre eles. Do total dos microempreendedores do sexo feminino, 86,42% estão no setor de comércio; 7,54% na indústria; 3,88% no serviço; e 2,17% na construção civil. Já para os microempreendedores do sexo masculino a distribuição é um pouco diferente: 82,80% deles estão no setor de comércio; 9,12% na indústria; 6,45% no serviço e 1,63% na construção civil.

O público do sexo feminino tem um percentual um pouco maior em relação aos homens nos setores de comércio, diferença de 3,62%; e construção civil, com uma diferença de 0,54%. Já o público do sexo masculino tem um leve percentual a mais nos setores da indústria, 1,58%; e de serviço, 2,57%.

A diferenciação por gênero por atividade produtiva apresenta variações maiores. As tabelas 7 e 8 apresentam as informações para os sexos feminino e

masculino, respectivamente, identificando ainda as 20 atividades com maior participação do público.

TABELA 7 - AS VINTE ATIVIDADES MAIS ABRANGENTES ENTRE OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO SEXO FEMININO EM 2015

CNAE	Descrição	Setor	Nº de MEIs Mulheres	% de MEIs mulheres	Total de MEIs
4781400	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Comércio	474	75,84%	625
4712100	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	Comércio	228	44,44%	513
9602501	Cabeleireiro	Comércio	165	74,66%	221
5611203	Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares	Comércio	139	59,66%	233
4772500	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	Comércio	112	67,07%	167
4723700	Comércio varejista de bebidas	Comércio	84	40,58%	207
4755502	Comércio varejista de artigos de armarinho	Comércio	65	59,09%	110
5611201	Restaurantes e similares	Comércio	63	57,27%	110
4729699	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	Comércio	52	47,27%	110
5620104	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	Comércio	45	77,59%	58
4724500	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	Comércio	40	40,00%	100
4744099	Comércio varejista de materiais de construção em geral	Comércio	38	36,89%	103

Continuação

					Conclusão
4789099	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	Comércio	36	50,00%	72
1412602	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	Comércio	36	92,31%	39
5611202	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	Comércio	30	32,26%	93
4754702	Comércio varejista de artigos de colchoaria	Comércio	30	56,60%	53
4541205	Comércio e varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	Comércio	27	26,21%	103
5612100	Serviços ambulantes de alimentação	Comércio	26	38,81%	67
4755503	Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho	Comércio	25	60,98%	41
1412601	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confecções sob medidas	Comércio	25	96,15%	26

Fonte: Próprio autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018)

As 20 atividades mais relevantes concentram 72,5% do total das microempendedoras, representando 33,04% do total geral de microempendedores.

É importante notar que todas as 20 atividades mais relevante são do setor de comércio, onde as 5 mais abrangentes são: comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (474); comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns (228); cabeleireiras (165); lanchonetes, casa de chá de sucos e similares (165); e comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (139). Constata-se que o primeiro segmento, varejo de roupas, tem uma abrangência elevada, pouco mais que o dobro, quando comparado com o segmento de minimercados. Já comparados os gêneros, o segmento de vestuário tem mais que o dobro de abrangência em prol do gênero feminino, 474 empreendedoras contra 151 empreendedores.

TABELA 8 - AS VINTE ATIVIDADES MAIS ABRANGENTES ENTRE OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO SEXO MASCULINO EM 2015

CNAE	Descrição	Setor	Nº de MEIs homens	% de MEIs homens	Total de MEIs
4712100	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	Comércio	285	55,56%	513
4781400	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	Comércio	151	24,16%	625
4723700	Comércio varejista de bebidas	Comércio	123	59,42%	207
4923001	Serviço de táxi	Serviço	99	98,02%	101
5611203	Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares	Comércio	94	40,34%	233
4929901	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	Serviço	76	96,20%	79
4541205	Comércio e varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	Comércio	74	71,84%	103
4744099	Comércio varejista de materiais de construção em geral	Comércio	66	64,08%	103
5611202	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	Comércio	63	67,74%	93
9602501	Cabeleireiro	serviço	62	28,05%	221
4724500	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	Comércio	60	60,00%	100
4729699	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	Comércio	58	52,73%	110

Continua

					Conclusão
4924800	Transporte escolar	Comércio	57	89,06%	64
4399103	Obras de alvenaria	Comércio	57	98,28%	58
4772500	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	Comércio	50	29,94%	167
4755502	Comércio varejista de artigos de armarinho	Comércio	47	42,73%	110
5611201	Restaurantes e similares	Comércio	47	42,73%	110
4321500	Instalação e manutenção elétrica	Comércio	44	97,78%	45
5612100	Serviços ambulantes de alimentação	Comércio	41	61,19%	67
4722901	Comércio varejista de carnes - açougues	Comércio	41	78,85%	52

Fonte: Próprio autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018)

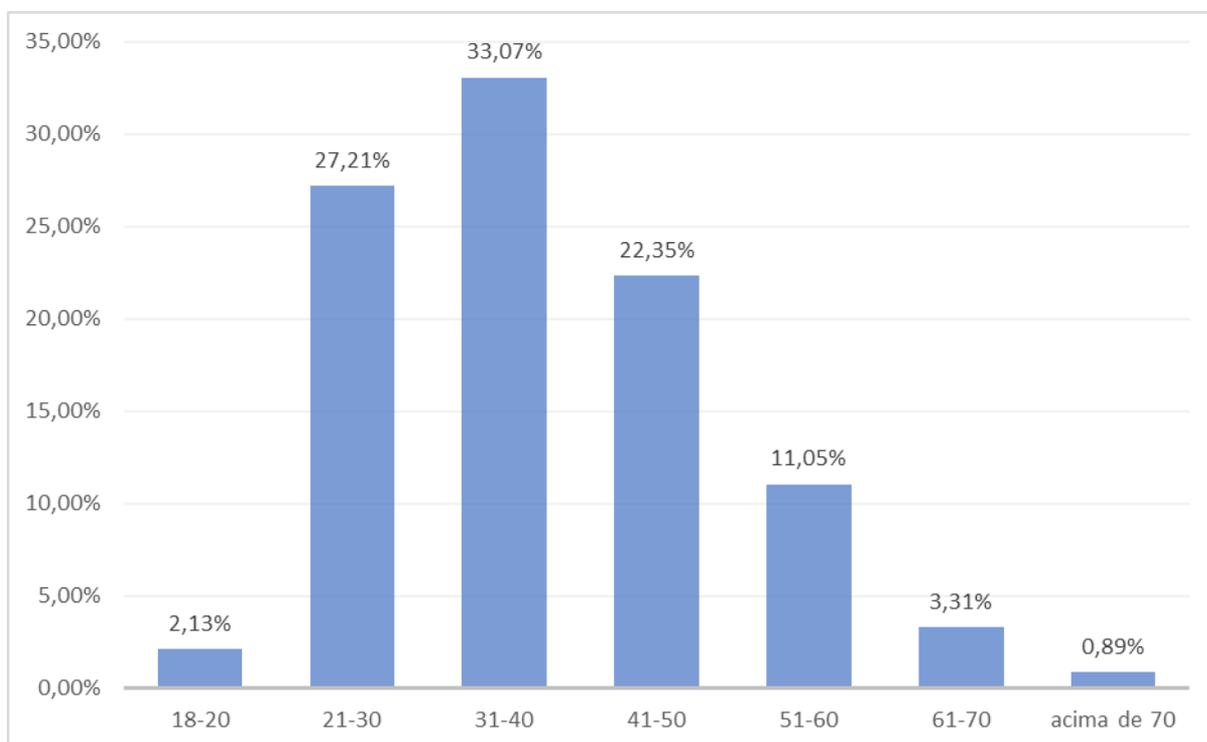
Já a partir da tabela 8 pode-se observar as 20 atividades com maior participação do público masculino, que concentram 55,32% do total de microempreendedores homens e 30,28% do total geral de microempreendedores.

Observa-se também que as 5 atividades mais abrangentes são: comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns (285); comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios (151); comércio varejista de bebidas (123); serviço de táxi (99); e lanchonete, casas de chá de sucos e similares (94).

4.4.2 Faixa etária

O Gráfico 15 traz dados a respeito da faixa etária dos microempreendedores da mesorregião do Sertão alagoano.

GRÁFICO 15 - FAIXA ETÁRIA DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS EM 2015

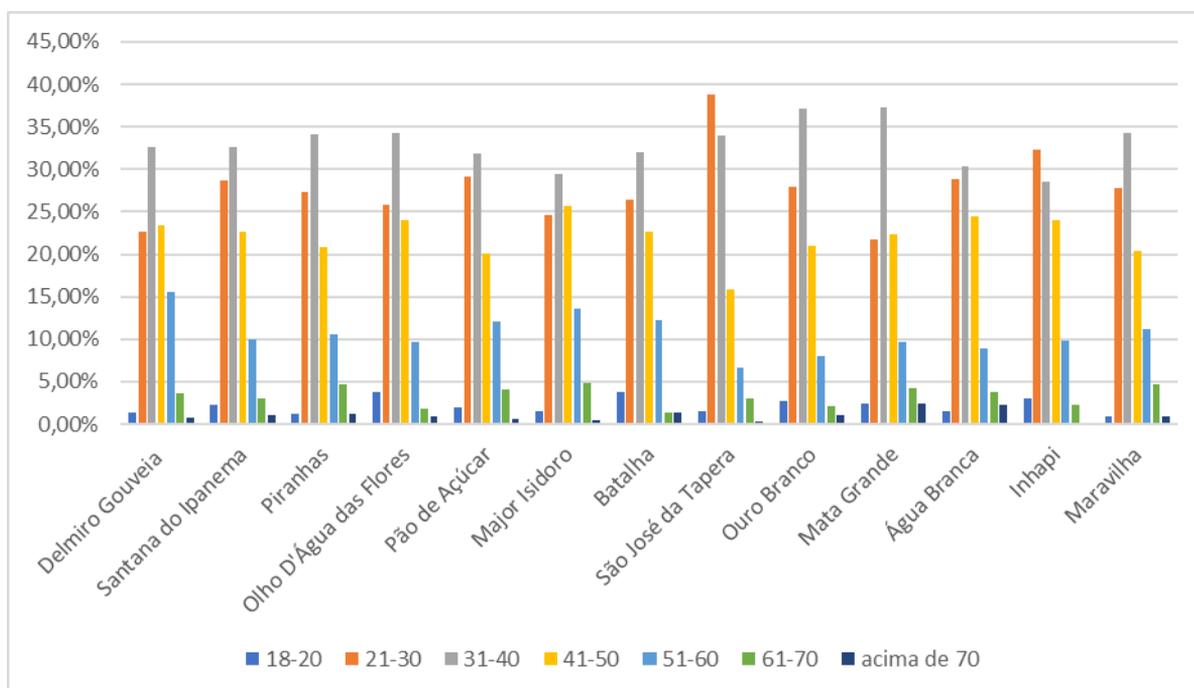


Fonte: Próprio autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018)

Evidencia-se com os dados que a faixa etária de 31 a 40 anos é a mais abrangente entre os MEIs, com um percentual de 33,07%. Logo em seguida temos a de 21 a 30 anos, com 27,21%; 41 a 50 anos, com 22,35%; 51 a 60 anos, com 11,05%; 61 a 70 anos, com 3,31%; 18 a 20 anos e acima de 70 anos com 2,13% e 0,89%, respectivamente.

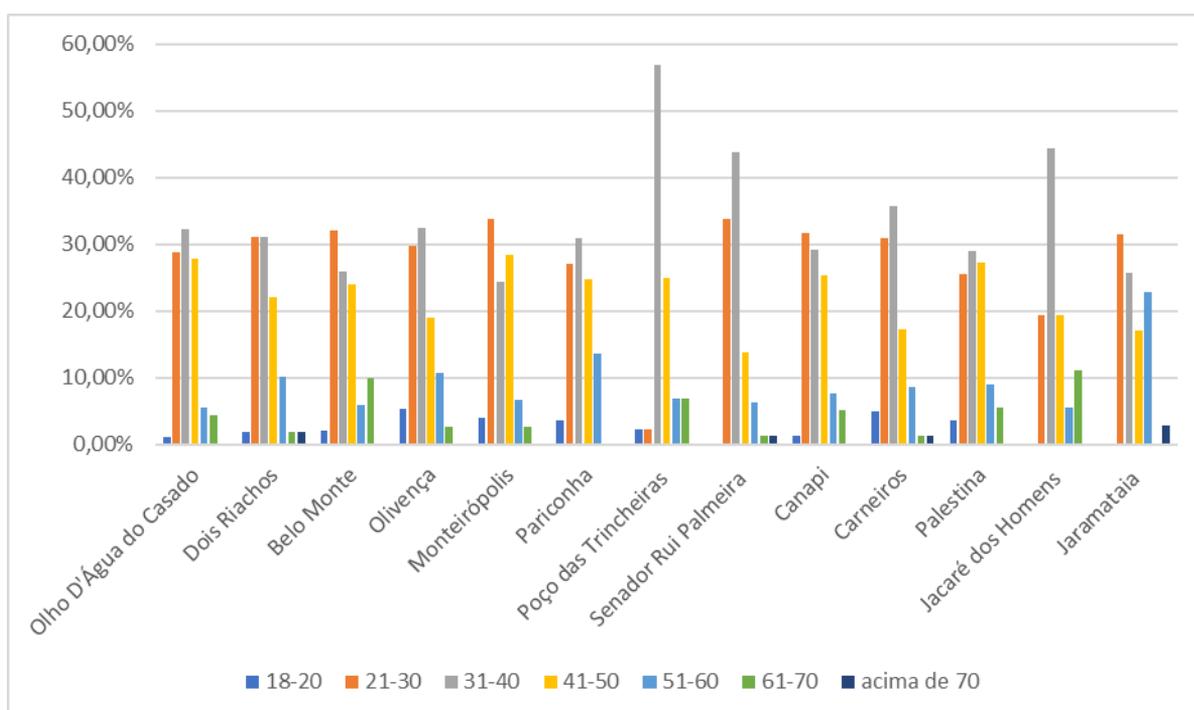
Os gráficos 16 e 17 demonstram o cenário das faixas etárias por municípios, divididos em dois blocos por ordem de MEIs.

GRÁFICO 16 - FAIXA ETÁRIA DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS POR MUNICÍPIO EM 2015 – PARTE 1.



Fonte: Próprio autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018)

GRÁFICO 17 - FAIXA ETÁRIA DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS POR MUNICÍPIO EM 2015 – PARTE 2.



Fonte: Próprio autor a partir de dados do Portal do Empreendedor (2018)

Separando a análise das faixas etárias, a de 18 a 20 anos é uma das mais baixas, em que os três municípios com maior quantidade são: Olivença, com 5,41%; Carneiros, com 4,94%; e Monteirópolis, com 4,05%. Na faixa etária de 21 a 30 anos São José da Tapera vem com o maior percentual, 38,75%; seguido por Monteirópolis, com 33,78%; e Senador Rui Palmeira, com 33,75%.

No que se refere à faixa de 31 a 40 anos, Poço das Trincheiras vem em destaque com 56,82%; logo após vem Jacaré dos Homens com 44,44% e Senador Rui Palmeira com 43,75%. Podemos confirmar que é nessa última faixa etária que estão os maiores números de MEIs como vimos também no gráfico 17.

Posteriormente, a faixa etária de 41 a 50 anos tem 3 municípios que estão bem próximos nos números: Monteirópolis, Olho D'Água do Casado e Palestina, com 28,38%, 27,78% e 27,27%, respectivamente. Na faixa de 51 a 60 anos observamos que Jaramataia com 22,86% ganha destaque quando comparado a Delmiro Gouveia e Pariconha, com 15,54% e 13,58%, nessa ordem. Na penúltima faixa de idade observamos Jacaré dos Homens com 11,11%, Belo Monte com 10% e Poço das Trincheiras com 6,82%.

Já na última faixa, acima de 70 anos, observamos um baixíssimo número de microempreendedores individuais. Quase a metade dos municípios, 10 para ser específico, não tem nenhum MEI nessa faixa de idade, enquanto 8 registravam porcentagem acima de 1%, mas nenhum chega a ultrapassar a casa dos 3%.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu compreender algumas características dos empreendedores formalizados como Microempreendedores Individuais (MEIs) na mesorregião do Sertão de Alagoas, a partir de dados que consideraram o de 2015, assim como analisar através de dados estatísticos secundários a sua abrangência dentro do cenário populacional da localidade.

Sendo assim, o objetivo geral proposto no início desta pesquisa foi alcançado, vide que os dados levantados no Portal do Empreendedor trouxeram informações importantes que levarão ao conhecimento do cenário dos MEIs nos municípios que formam o Sertão alagoano.

No que se refere aos objetivos específicos, foram cumpridos a partir, primeiramente, do levantamento dos principais conceitos e da história do empreendedorismo no cenário global. Todavia, dificuldades no acesso a fontes primárias, tanto por alguns estarem em outros idiomas como também o não acesso ao material por completo, levou a uma limitação na pesquisa.

Sobre o cenário brasileiro, o qual pede o segundo objetivo específico, o acesso a diversas pesquisas e documentos ajudaram no desenvolvimento e no alcance do objetivo proposto, onde o levantamento da legislação de apoio ao MEIs pode ser feito em detalhes.

O último objetivo foi atendido a partir do levantamento das características dos MEIs na mesorregião, partindo da descrição de dados disponibilizados no Portal do Empreendedor e alguns do IBGE, conseguindo, assim, analisar suas características como gênero, faixa etária, setores e segmentos de atuação e contribuição na população ocupada.

Haja vista a importância do empreendedorismo para a sociedade na geração de renda/emprego e sustentabilidade das famílias, esta pesquisa buscou identificar traçar o perfil socioeconômico dos empreendedores do Sertão de Alagoas formalizados na pessoa jurídica do Microempreendedor Individual no de 2015.

Sobretudo, observou-se diversas características dos MEIs em tabelas e gráficos gerados com a tabulação dos dados colhidos, levando assim a atingir parcialmente a hipótese de que os MEIs empreendem por necessidade e estão com pequenos negócios no comércio e serviços. A grande quantidade está no segmento

de comércio de produtos eletrônicos, revenda de roupas e calçados. No segmento de serviços estão em maior quantidade em salão de beleza e produção de doces e salgados. Quanto à escolaridade, a concentração maior dos pequenos empreendedores tem o nível fundamental incompleto, com faixa etária entre os 20 e 45 anos e com sexo masculino.

Os dados mostram que o setor de maior abrangência dos microempreendedores individuais é o de comércio, com o segmento varejista de mercadinhos, roupas e acessórios; vindo logo em seguida o de serviços, com cabeleireiro e lanchonetes estando à frente de lojas varejistas de aparelhos eletrônicos e a produção de doces e salgados. Já quanto à faixa etária, os MEIs estão, em sua maioria, com idade entre 21 e 40 anos, confirmando em partes também a hipótese pensada no projeto de pesquisa, que seria até 45 anos. No desmiuçar dos dados no capítulo final, observamos que o gênero masculino teve uma pequena diferença para o gênero feminino mostrando assim que as mulheres estão empreendendo e se empoderando cada vez mais.

Algumas dificuldades levaram a limitações da pesquisa tanto por questões de tempo deste estudante quanto por escassez e dificuldade na disponibilidade de dados secundários, deixando, assim, algumas lacunas na pesquisa no que se refere ao nível de escolaridade e motivação que levaram as pessoas a empreender.

Os dados gerados pelo Portal do Empreendedor são de forma desorganizada levando, assim, a necessidade de organizá-los e manipulá-los para conseguir extrair as informações desejadas, onde, para tanto, foi utilizado o software de planilha eletrônica Excel.

Dada a abrangência e a importância do tema desta pesquisa, faz-se necessária a ampliação desta em novas investigações científicas, pois o tema empreendedorismo pode ser uma alternativa de emprego e renda para as famílias e vive transformações na prática socioeconômica.

Para novas pesquisas, uma sugestão é o estudo mais aprofundado do perfil dos empreendedores, principalmente no que se refere às suas motivações para empreender e quais dificuldades eles mais encontram na ação empreendedora. Outra questão é, também, um estudo dentro das escolas e universidades voltados à aplicação do tema em atividades didáticas.

Produzir esta pesquisa foi de muita relevância para o autor vide o tema ser tão presente na realidade profissional de sua área de estudo e trabalho. Levantar o perfil dos MEIs no Sertão de Alagoas é muito importante para entender de que forma o empreendedorismo e a política do MEI estão inseridos dentro da sociedade.

Os altos níveis de desemprego e recessões econômicas cada vez mais presentes nas nações reforçam a relevância de estudar alternativas para tais problemas e o empreendedorismo vem sendo uma delas. Desse modo, entender o perfil dos indivíduos que estão absorvendo essa política do MEI se faz necessário tanto para ajustes e melhorias desta política como também entender seu impacto e abrangência.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. Pequenas empresas e grandes negócios Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Negocios/noticia/2017/11/volume-de-atendimentos-do-sebrae-ultrapassa-os-48-milhoes-em-2017.html>>. Acesso em 16 jan. 2018.

ALAGOAS EM DADOS. **Mesorregiões**. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/f4894c4c-f15b-487b-8865-0e7371653657/resource/21347012-fe57-45b1-a4f1-edc045a60f53/download/meso2013.geojson>> Acesso em: 20 fev. 2018.

BEHLING, Gustavo et al. **Microempreendedor individual catarinense: uma análise descritiva do perfil dos empreendedores individuais em Santa Catarina**. NAVUS-Revista de Gestão e Tecnologia, v. 5, n. 1, p. 65-78, 2015.

CARMO, Hérmani Magalhaes Olivense do et al. **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI): Benefícios e Desafios da Legislação Brasileira para a Aplicação na Prática da Ação**. XVIII SEMEAD. Seminários em Administração/novembro de, 2015.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. In: **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2010.

DINO. **Apesar da crise financeira empreendedorismo cresce no Brasil**. Exame, São Paulo, 26 abr. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/apesar-de-crise-financeira-empreendedorismo-cresce-no-brasil-shtml/>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

DA SILVA, Anderson Borges. **Desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas no Brasil**. Conexão Eletrônica, Três Lagoas, MS, v. 12, n. 1, 2015.

DEMO, Pedro. **Introdução da Metodologia**. São Paulo: Atlas, 1985.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Forense-Universitária, 1978.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

_____. **Empreendedorismo na prática: Mitos e verdades do empreendedor de sucesso**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. rev. e atual. São Paulo: Cultura, 2006.

DE ARAÚJO, José Fábio Marinho. **Programa SOFTEX de apoio ao software brasileiro**. In. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS SOCIAIS DAS CICÊNCIAS E DAS TECNOLOGIAS. 7. Brasília, 2017.

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: **empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios**. Revista de administração, v. 34, n. 2, p. 5-28, 1999.

G1. **Mais de 3,7 milhões de MEIs estão inadimplentes ou inativos**. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2016/09/mais-de-37-milhoes-de-meis-estao-inadimplentes-ou-inativos.html>> Acesso em: 30 jan. 2018

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Almiraiva Ferraz. **O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local**. REA-Revista Eletrônica de Administração, v. 4, n. 2, 2011.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo-9**. AMGH Editora, 2014.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=series-historicas>> Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=series-historicas>> Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. **Cidades**. Disponível em: < <http://dados.al.gov.br/dataset/f4894c4c-f15b-487b-8865-0e7371653657/resource/21347012-fe57-45b1-a4f1-edc045a60f53/download/meso2013.geojson>>. Acesso em: 24 junh. 2018.

_____. **Conceitos**. Disponível em: < <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

IBMEC. **Obstáculos ao empreendedorismo no Brasil**. Disponível em: < <https://www.ibmec.br/salvador/noticias/obstaculos-ao-empreendedorismo-no-brasil>> Acesso em: 28 set. 2018.

MEMORIAL SEBRAE. **História**. Disponível em: < <http://memorial.sebrae.com.br/historia/?ano=1967>> Acesso em: 12 dez. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Hilka Vier; ANEZ, Miguel Eduardo Moreno; GAZOLA, Sebastião. **Criação de empresas por mulheres**: um estudo com empreendedoras em Natal, Rio Grande do Norte. Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review), v. 14, n. 5, 2013.

MONITOR, Global Entrepreneurship. GEM 2015. **GEM America Latina y el Caribe 2015**, v.16, 2016.

MELO, Natália Maximo et al. Sebrae e Empreendedorismo: origem e desenvolvimento. 2008. 439 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Paulo, 2008.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Quais o benefícios previdenciários do MEI**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes/5-previdencia-e-demais-beneficios/5.1-quais-os-beneficios-previdenciarios-do-mei>>. Acesso em: 30 agosto 2018.

POCHMANN, Márcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. Boitempo Editorial, 2015.

SCHWINGEL, Inês; RIZZA, Gabriel. **Políticas públicas para formalização das empresas**: Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e iniciativas para a desburocratização. 2013.

SANTOS, Paulo da Cruz Freire dos. **Uma escala para identificar potencial empreendedor**. 2008. 364 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SEBRAE – Serviço de apoio às micro e pequenas empresas. **Perfil do Microempreendedor Individual**. Brasília, 2016.

WANDERLEY, Fernanda. **Pequenos negócios, industrialização local e redes de relações econômicas**: uma revisão bibliográfica em sociologia econômica. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 48, 1999.

ZUINI, Priscila. **Pequenas empresas e grandes negócios**. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2016/02/o-raio-x-do-empreendedorismo-no-brasil.html>> Acesso em: 25 jan. 2018.